

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO – 2024

À SOCIEDADE

O estado do Pará se prepara para receber a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), que será realizada em Belém, em novembro de 2025. Nesse contexto, a Companhia Docas do Pará (CDP) desempenha um papel estratégico na viabilização logística e estrutural do evento, com iniciativas como a revitalização de uma ampla área do Pólio de Belém e a modernização de estruturas portuárias. Essas ações não apenas atenderão às demandas da COP30, mas também ampliarão o potencial turístico da cidade, gerando emprego e renda para a capital paraense.

Paralelamente aos preparativos para a conferência, a CDP segue cumprindo seu papel como elo essencial da logística nacional, garantindo a infraestrutura portuária necessária para a Região Nordeste e fomentando a Cadeia Logística Nacional. Dessa forma, a companhia contribui diretamente para o desenvolvimento econômico e social do Pará e do Brasil.

Mesmo em um ano desafiador para o agro-negócio — setor responsável por mais de 50% da demanda logística dos portos administrados pela CDP e que foi fortemente impactado por questões climáticas — a empresa movimentou mais de 39 milhões de toneladas de mercadorias nos portos de Vila do Conde, Santarém, Belém, Miramar, Outeiro e Itaituba. Esse volume expressivo resultou em uma receita de R\$ 423,5 milhões.

A CDP segue comprometida com sua missão de oferecer infraestrutura portuária moderna, eficiente e segura, promovendo negócios com responsabilidade socioambiental e em plena consonância com as políticas nacionais. Nesse sentido, durante 2024 foram investidos 4,6 bilhões de reais em áreas operacionais nos portos de Vila do Conde, Santarém e Pólio Organizado de Belém, reafirmando seu papel na criação de valor para clientes, investidores e para a sociedade como um todo.

CAPÍTULO 1 GESTÃO INTERNA

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC desempenha um papel fundamental na evolução do modelo de negócios, bem como, na forma que a Companhia presta serviços à sociedade, visando a relação com as unidades de negócio, gerar e disponibilizar dados, informações, conhecimentos, soluções tecnológicas e, portanto, serviços eficientes e integrados ao seu negócio, ampliando assim a satisfação do atendimento aos clientes e cidadãos.

Durante o Exercício de 2024, entre outras atividades, destacam-se:

I. A Implantação do novo Sistema de Gestão Portuária (CDPPORT) em Santarém e o início da implantação no Pólio de Vila do Conde, para atender as necessidades de negócio da Companhia e os órgãos de fiscalização do Governo Federal e Estadual;

II. Finalização do projeto de modernização dos servidores de dados da CDP, avançando para etapa de autorização e abertura de processo licitatório para contratação;

III. Contratação de empresa especializada de prestação de serviço com fornecimento de material de cabeamento estruturado;

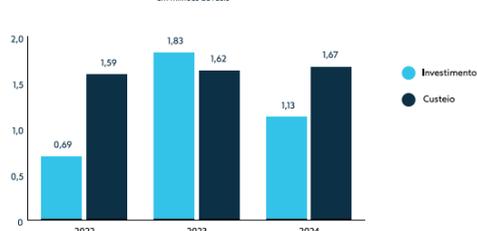
IV. Revisão da estrutura funcional da TI, visto a necessidade da CDP se alinhar às recomendações e boas práticas de governança e segurança da informação;

V. Implantação de melhorias no Espaço Virtual do Colaborador, em atendimento ao Plano de Transformação Digital;

VII. Implantação de novas regras de negócios, no sistema ERP-CDP;

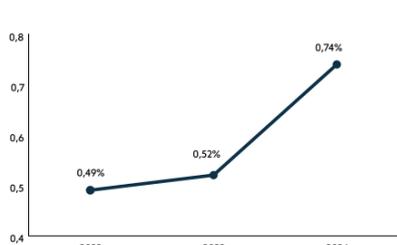
Essas atividades refletem um aumento nos investimentos e custos nos últimos anos:

Investimento e Custo 2022-2024 em milhões de reais



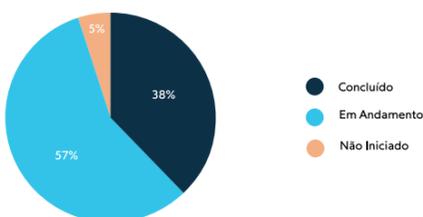
Com esses investimentos, melhorou-se a qualidade dos atendimentos, o que possibilitou a redução e manutenção do índice de descontinuidade, mantendo-se abaixo dos 2%, meta estabelecida no Planejamento Estratégico da Companhia.

Índice de Descontinuidade Operacional 2022-2024



Por sua vez, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC esta em pleno desenvolvimento, contando com um percentual de 38% das ações planejadas, já concluídas, conforme demonstrativo abaixo:

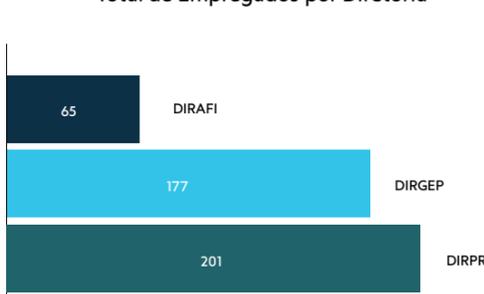
Execução do PDTIC 2021-2025



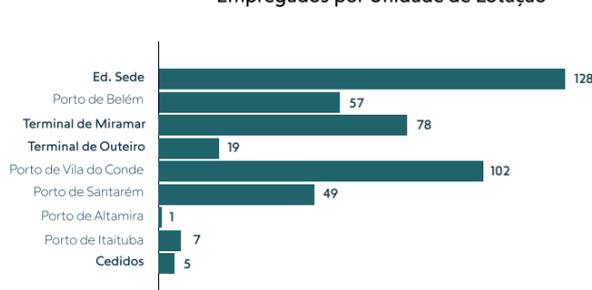
PESSOAS

A Companhia encerrou o exercício de 2024 com 443 empregados, sendo distribuídos nos municípios de Belém, Barcarena, Santarém, Itaituba e Altamira, e mais dois diretores estatutários.

Total de Empregados por Diretoria



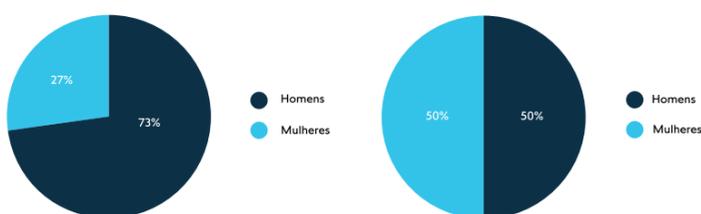
Empregados por Unidade de Lotação



A Igualdade de gênero é um tópico necessário e, nos últimos anos, tem dominado as pautas nos mais variados setores da sociedade. Consta-se que dos 443 empregados e 3 Dirigentes da Companhia Docas do Pará - CDP, 73% são homens e 27% mulheres, contudo, se considerarmos apenas os Cargos de Liderança (Gerentes, Assessores e Supervisores), os quais totalizam 72 vagas, 50% desse número é referente às mulheres que ocupam cadeiras de liderança, quantia expressiva em relação ao cenário nacional.

Gênero Geral e Gênero na Liderança

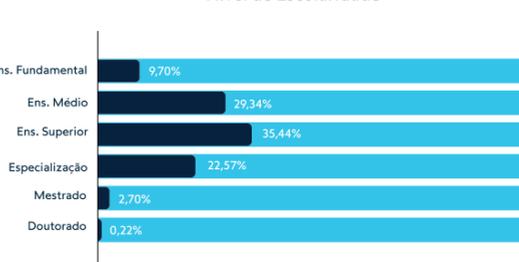
Gênero Geral e Gênero na Liderança



No que se refere à Capacitação, a Companhia, utilizou no exercício de 2024 o valor de R\$ 690.949,80, resultando em 8.515 horas investidas em treinamentos/capacitações incluídas ou não no Plano Anual de Qualificação e Capacitação - PAQC 2024, quantitativo obtido a partir da participação dos empregados da CDP em 165 eventos (treinamentos, cursos, congressos, palestras, seminários e outros).

Além das ações previstas no PAQC 2024, a SUGESC buscou o incentivo à qualificação na modalidade de Ensino à Distância, o fomento de parcerias com outros órgãos/instituições para a realização de ações de capacitação, e o monitoramento do Programa de Avaliação de Desempenho. A composição da força de trabalho dos empregados desta Companhia apresenta-se conforme quadro abaixo:

Nível de Escolaridade



1. Somam-se os 3 diretores no Edifício Sede.

Outrossim, em 2024 também houve o pagamento da Participação nos Lucros ou Resultados - PLR, uma ferramenta de gestão que permite um maior empenho e participação dos empregados no cumprimento das metas estabelecidas pela empresa, tendo como contrapartida a recompensa por meio de incentivos financeiros, através da distribuição de parcela do Lucro Líquido.

O Montante de Distribuição de PLR em 2023, referente ao desempenho da Companhia no exercício de 2023, foi de R\$6.875.400,01, sendo distribuído 70% de forma linear a todos os empregados e 30% proporcionalmente à remuneração do empregado, conforme programa aprovado pela Sest.

ATIVIDADE JURÍDICA

O setor jurídico da Companhia concentra-se em uma instância consultiva das diversas demandas originadas por outros setores e/ou pela gestão. Da mesma forma, atua nos litígios da Companhia, cabendo ao corpo jurídico patrocinar as demandas, empregando todos os recursos técnicos, diligência e conhecimento jurídico disponíveis para defender os interesses da Companhia.

A atividade jurídica foi efetiva no compliance do passivo judicial, adotando estratégias preventivas para mitigação de demandas judiciais, priorizando a prevenção das demandas através do consultivo jurídico como ferramenta de suporte à gestão.

Uma das principais atividades jurídicas é o assessoramento em processo de contratações públicas.

Nesse sentido, foram elaborados os seguintes quantitativos no ano de 2024:



CONTRATAÇÕES

Buscando atender a critérios de economia e eficiência na gestão de aquisições de suprimentos, tornou mais céleres seus processos de aquisição, utilizando de procedimentos licitatórios e aderindo a Atas de Registro de Preço.

No ano de 2024, considerando o valor inicialmente estimado de R\$ 104.995.154,00 e o valor final contratado por meio de pregão e/ou RCE, que totalizou R\$ 82.438.005,40, a Companhia obteve uma economia de 21,49% nos contratos, correspondendo a R\$ 22.557.148,60.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO

Entre as várias atividades da Companhia, destaca-se a de gerir e administrar bens da União, especialmente os localizados nas áreas portuárias e retoportuárias. Nesse sentido, ao se firmar contratos de arrendamento ou cessão, na maioria dos casos, as áreas são cedidas com edifícios e benfeitorias, assim como máquinas, aparelhos e equipamentos operacionais, de forma que esses bens ficarão sob a guarda e utilização de terceiros, além da realização de investimentos próprios visando aumentar a produtividade.

Nesse contexto, a Companhia vem aumentando a maturidade na gestão do seu patrimônio, de modo que tem desenvolvido vários projetos e processos de regularização das áreas sob sua responsabilidade, além de otimizar o controle da Gestão de Bens Reversíveis e, ainda, pela realização de estudos analíticos quanto ao levantamento dos bens integrados, com o fito de subsidiar a empresa na recuperação de créditos tributários.

Assim, em conformidade à Resolução ANTAQ nº 43/2021, a qual trata da reversibilidade de bens à União quando do encerramento de contrato de arrendamento nos portos organizados, a CDP, no decorrer dos anos de 2021 a 2024, realizou seis reversões impositivas que impactaram positivamente o ativo imobilizado da Companhia.

| EXERCÍCIO | LOCAL/ÁREA | VALOR (R) |
|-----------|---|---------------|
| 09/2021 | Companhia de Portos e hidrovias do Estado do Pará - CPH | 10.234.183,52 |
| 05/2022 | Pará 2000 | 10.880.100,00 |
| 10/2022 | Yara Fertilizantes | 4.511.000,00 |
| 12/2022 | Petróleo Sabbá e Petrobrás | 15.074.858,35 |
| 12/2022 | Ipiranga | 17.644.999,00 |
| 02/2024 | Edifícios e Benfeitorias, Vias internas, Máquinas, aparelhos e equipamentos, Tubulação e Tancagem | 13.888.860,00 |
| TOTAL | | 72.234.000,87 |

INFRAESTRUTURA

O setor de infraestrutura da Companhia possui três linhas de atuação: projetos, obras e manutenção.

Assim, atividades relacionadas a investimento e manutenção da infraestrutura podem representar mais da metade de todo o orçamento disponível na Companhia, e acompanhar a execução desse orçamento é fundamental para avaliar o grau de atendimento das necessidades de infraestrutura.

No que se refere ao Plano de Negócio, considerando a fase conceitual do projeto e sua execução, temos o seguinte andamento:

| DESCRIÇÃO | % DE IMPLEMENTAÇÃO |
|---|--------------------|
| Fase II Rampa RO-RO do Terminal Rodofluvial do Pólio de Santarém | 47% |
| Obra de Contenção, drenagem e recuperação da pavimentação do pólio de Santarém | 50% |
| Estruturação das vias do Pólio de Vila do Conde | 50% |
| Recuperação do pavimento dos píeres do TMU1 | 50% |
| Dragagem Pólio de Belém | 50% |
| Manutenção Preventiva e Corretiva das Unidades portuárias | 44% |
| Aquisição de componentes de balizamento e sinalização | 75% |
| Pesquisa, Projeto e Desenvolvimento de alternativas de infraestrutura de acostagem e Terminal Marítimo de Passageiros no Pólio Organizado de Belém e do Terminal de Outeiro, incluindo a Capacitação Técnica da Equipe da CDP | 80% |
| Estudo e Pesquisa sobre Manobrabilidade e Acessos Náuticos e Simulação de Manobras para Navios de Cruzeiros - Pólio de Belém | 100% |
| Projeto Executivo do Terminal Marítimo de Passageiros - A CDP elaborou o projeto conceitual através do Processo SEI 50901.013348/2023-86. O projeto executivo e execução da obra ficará a cargo do Governo do Estado como contrapartida da cessão de área para o Pólio Futuro | 38% |
| Dragagem do Terminal de Miramar | 38% |

Quanto à Execução Orçamentária, verifica-se que obtivemos uma redução de execução, chegando a 3,8%. Cumpre ressaltar que em 2024 a CDP trabalhou com orçamento de 321 milhões dos quais mais de 50% estava endereçado para os projetos de construção do Terminal de Múltiplo Uso 2 (TMU2) e dragagem do Pólio de Belém. No entanto, apesar da conclusão de todas as atividades da fase interna da licitação para a dragagem, o processo licitatório foi frassado.

Percentual de Execução Orçamentária (2017-2024)



CAPÍTULO 2 GOVERNANÇA

ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA

No exercício de 2024, foram realizadas o total de 159 reuniões dos órgãos e instâncias de governança a Companhia, conforme a seguir:

- Assembleia Geral: 4 reuniões, sendo 1 ordinária e 3 extraordinárias;
- Conselho de Administração - CONSAD: 46 reuniões, sendo 12 ordinárias mensais e 34 extraordinárias, de forma híbrida (videoconferência e presenciais);
- Diretoria Executiva - DIREXE: 59 reuniões, sendo 47 ordinárias semanais e 12 extraordinárias, virtuais;
- Conselho Fiscal - CONFIS: 15 reuniões, sendo 12 ordinárias mensais e 3 extraordinárias, de forma híbrida (videoconferência e presenciais);
- Comitê de Auditoria Estatutário - COAUDI: 24 reuniões, presenciais;
- Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração - CPESR: 11 reuniões presenciais/virtuais, conforme demandas;

Nessas reuniões foram produzidas Atas e emitidos documentos (Deliberações, Pareceres, Relatórios), os quais estão sendo elaborados e assinados por meio do Sistema Eletrônico de Informações. Nesse contexto, foram emitidas 93 Deliberações CONSAD; 9 Deliberações DIREXE, 4 Pareceres CONFIS e 5 relatórios, contendo opinião do COAUDI.

As Atas das reuniões podem ser acessadas no endereço: <https://cdp.com.br/paficipacao-social/>

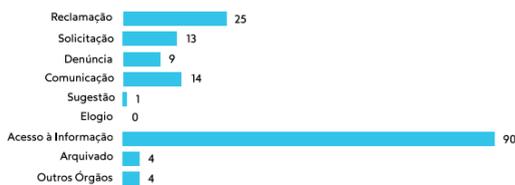
OUVIDORIA / SIC

No exercício de 2024 foram identificadas as necessidades de ajuste do fluxo de denúncias, sobretudo para assegurar o sigilo das informações, especialmente daquelas denúncias relativas à conduta funcional. Nesse sentido, a Ouvidoria passou a utilizar o modo de Triagem e Tratamento de Denúncia no sistema Fala.BR, cadastrando os setores para recebimento das manifestações da Ouvidoria.

Com relação às denúncias relativas aos programas finalísticos da CDP, destacamos que a Ouvidoria tem cumprido seu papel de averiguação dos fatos trazidos pelos canais da Ouvidoria, assegurando o controle social exercido pelos usuários. Em razão de sua relevância e através da Ouvidoria Itinerante, vislumbra-se a necessidade de aprimoramento do acesso aos canais da Ouvidoria, a fim de ampliar o exercício do controle social.

Assim, em 2024 foram registrados 156 processos na plataforma Fala.BR, sendo: 66 manifestações para Ouvidoria e 90 pedidos de acesso à informação, sendo todos atendidos.

Resultado das Manifestações por Canais de Entrada



ESTRUTURAS DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Em 2023 a CDP lançou o Programa de Gerenciamento de Riscos Corporativos – PGRISCO, o qual visou integrar a gestão de riscos ao Planejamento Estratégico da Companhia. O projeto inicialmente contou com a participação de três das principais áreas da CDP e finalizou com um plano para ser executado durante o Exercício de 2024.

O PGRISCO utilizou o banco de dados levantados junto à outras áreas nos exercícios anteriores, de modo que demonstra o amadurecimento do sistema de gestão de riscos corporativos implantado na Companhia.

A partir do inventário de riscos e do monitoramento dos riscos de processo, foi possível observar onde estão as principais falhas nos processos internos, agrupar as falhas em macros riscos, que se tornam estratégico, para então, elaborar planos de ações.

No exercício de 2024 realizou-se o monitoramento dos planos desenvolvidos durante 2023 bem como a expansão para outras áreas, abordando principalmente riscos relacionados à Tecnologia da Informação e ao setor de meio ambiente.

AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna é, segundo a Instrução Normativa da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União – SFC/CGU – nº 03/2017, uma atividade independente de avaliação e consultoria, desenhada para adicionar valor, melhorar as operações da organização e atuar em conformidade com as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna, visto que, inobstante existam diferenças estruturais em cada ambiente, sendo tais requisitos, fundamentais para o cumprimento das responsabilidades dos auditores e da atividade de auditoria interna.

A execução dos trabalhos da unidade encontra-se embasada no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, o qual é elaborado sob a orientação técnica do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e aprovado pelo Conselho de Administração – CONSAD

No exercício de 2024, a GEAUDI executou um total de 10 atividades de auditoria previstas no PAINT, sendo 07 relacionadas a ações de auditoria, 01 referente à Prestação de Contas Anual da CDP, 01 Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT – e 01 Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN, conforme lista abaixo:

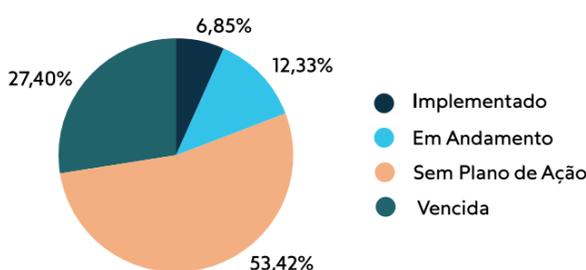
- I. Elaboração do RAIN 2023 (Obrigação Legal)
- II. Prestação de Contas do exercício de 2023 (Obrigação Legal)
- III. Elaboração do PAINT 2025 (Obrigação Legal)
- IV. Segurança Pofuária: Verificar o cumprimento dos normativos e regulamentos referentes à manutenção do Código ISPS no âmbito da CDP. (avaliação de riscos)
- V. Licitação/Gestão de Contratos: Avaliar a eficiência e eficácia dos mecanismos de controle interno que dizem respeito ao procedimento licitatório dos projetos de orçamento de investimento, abrangendo as fases internas e externas, desde a publicação do edital até a assinatura do contrato (avaliação de riscos)
- VI. Finanças: Averiguar os controles internos aplicados para a gestão de contas a pagar da CDP (avaliação de riscos)
- VII. Finanças: Averiguar a regularidade tarifária no controle de faturamento dos serviços portuários da CDP (avaliação de riscos – atividade conjunta CGU/GEAUDI)
- VIII. Jurídico: Examinar os mecanismos de controles internos adotados na gestão e contabilização do passivo jurídico (Ministério Supervisor, Ofício 1540/2021/AECI)
- IX. Recursos Humanos: Averiguar a conformidade das remunerações pagas aos dirigentes, conselheiros e membros do COAUDI no exercício 2023/2024 (Assembleia Geral/SEST)
- X. Gestão de Contratos: Analisar os contratos emergenciais celebrados pela Companhia e os contratos vigentes que estejam próximos do vencimento, no tocante ao atendimento dos dispositivos legais (avaliação de riscos)

Da mesma forma, foram realizados um total de 27 serviços de auditoria não previstos no PAINT 2024, enquadrados dentro da chamada Reserva Técnica:

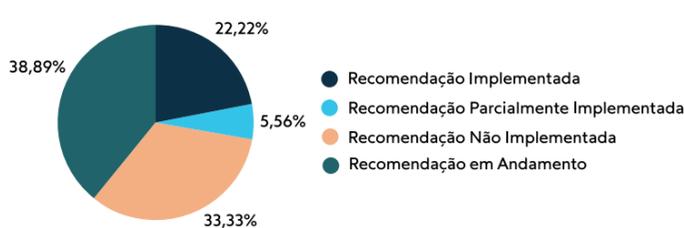
- I. Relatório de Consultoria nº 01/2024 (ACT 2024-2026);
- II. Parecer 1: Indicadores da Paficipação nos Lucros ou Resultados, 2º trimestre de 2023;
- III. Parecer 2: Indicadores da Remuneração Variável Anual, 2º trimestre de 2023;
- IV. Parecer 3: Indicadores da Paficipação nos Lucros ou Resultados, 3º trimestre de 2023;
- V. Parecer 4: Indicadores da Remuneração Variável Anual, 3º trimestre de 2023;
- VI. Parecer 5: Demonstrações Contábeis da CDP no Exercício de 2023;
- VII. Parecer 6: Indicadores da Paficipação nos Lucros ou Resultados, Exercício de 2023;
- VIII. Parecer 7: Prestação de Contas Anual da CDP 2023, versão preliminar;
- IX. Parecer 8: Prestação de Contas Anual da CDP 2023, versão final;
- X. Parecer 9: Indicadores da Remuneração Variável Anual, Exercício de 2023;
- XI. Parecer 10: Contrato Emergencial - Plano de Saúde;
- XII. Parecer 11: Indicadores da Paficipação nos Lucros ou Resultados, 1º trimestre de 2024;
- XIII. Parecer 12: Indicadores da Remuneração Variável Anual, 1º trimestre de 2024;
- XIV. Parecer 13: Processo Licitatório - Plano de Saúde;
- XV. Parecer 15: Indicadores da Paficipação nos Lucros ou Resultados, 2º trimestre de 2024;
- XVI. Parecer 16: Indicadores da Remuneração Variável Anual, 2º trimestre de 2024;
- XVII. Parecer 17: Tomada de Contas Especial - M.I. Montreal Informática S/A;
- XVIII. Nota Informativa 1: Prestação de Contas da GEAUDI para o exercício de 2023;
- XIX. Nota Informativa 2: Indicadores de Desempenho da GEAUDI no exercício de 2023;
- XX. Nota Informativa 3: Prestação de Contas Anual da CDP 2023;
- XXI. Nota Informativa 4: Monitoramento da Recomendação nº 2 do Relatório CGU nº 828523;
- XXII. Nota de Auditoria 1: Execução Orçamentária de OI 2020-2023;
- XXIII. Nota Técnica 1: Proposta de ACT 2024-2025;
- XXIV. Nota Técnica 2: Proposta de ACT 2024-2025;
- XXV. Nota Técnica 3: Proposta de ACT 2024-2025;
- XXVI. Nota Técnica 4: Proposta de ACT 2024-2025 (enquadramento da proposta SINDIGUAPOR e SINDIPORTO)
- XXVII. Nota Técnica 5: Proposta de ACT 2024-2025

Neste contexto, os serviços de auditoria realizados em 2024, considerando o PAINT e a Reserva Técnica, geraram um total de 73 recomendações, no qual 5 recomendações possuem status "implementada", 9 recomendações com status "em andamento", 20 recomendações com status "vencida" e 39 recomendações com status "sem plano de ação", conforme gráfico seguinte:

Recomendações PAINT 2024



Monitoramento das Recomendações



PROCESSOS CORREICIONAIS

A gestão correicional da Companhia Docs do Pará é realizada pelo Comitê Permanente de Correição Funcional (CPCF), constituído pela Resolução DIRPRE nº 222/2020, a partir da vigência do Instrumento Normativo nº 2105.01, de 20 de julho 2020. Nesse sentido, a finalidade da gestão correicional não é simplesmente aplicar as penalidades previstas na regulamentação interna da Companhia e/ou nas leis brasileiras que versam sobre a temática, mas gerir a atuação dos agentes que integram a presente nos limites estabelecidos nas normas.

No entanto, apesar das atribuições previstas do Comitê Permanente de Correição Funcional, de acordo com a Portaria CGU nº 27, 11 de outubro de 2022, pode-se dizer que esse não é considerando uma unidade setorial de correição, uma vez que ainda necessita preencher determinados requisitos para alcançar tal status, dentre eles a inclusão do órgão no estatuto social da entidade administrativa e a criação do emprego comissionado de corregedor.

O comitê correicional é composto por 5 agentes públicos, a fim de atuarem nas seguintes funções: presidente, membro e supofie técnico, sendo um deste último designado também para atuar na secretaria da unidade.

No exercício 2024, as principais ações realizadas pela equipe correicional foram: emissão de Parecer Técnico de Juízo de Admissibilidade e de Relatório Final conforme destaques a seguir.

EMIÇÃO DE PARECER TÉCNICO DE JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

Emitiu-se 18 Pareceres Técnicos de Juízo de Admissibilidade, sendo que 88,89% tiveram conclusão pela abefiura de Investigação Preliminar Sumária, conforme abaixo, cujo objetivo é o aprofundamento do caso concreto, a fim de suprir lacunas nos elementos da Matriz Correicional.

Emissão de Parecer Técnico de Relatório Final

Emitiu-se 4 Pareceres Técnicos de Relatório Final, sendo que 50% tiveram conclusão pelo acolhimento integral do Relatório Final, cujo objetivo é auxiliar a tomada de decisão do Diretor-Presidente.

CAPÍTULO 3 GESTÃO OPERACIONAL

MODELO DE NEGÓCIO



PERSPECTIVAS E PLANOS

Em 2024, a Companhia Docs do Pará (CDP) iniciou o processo de revisão do Planejamento Estratégico de longo prazo para o período de 2026 a 2030. Esse trabalho envolve uma ampla pesquisa, reuniões e intercâmbio de experiências. Nesse contexto, o setor de Gestão Estratégica revisitou todos os processos e promoveu diálogos com as demais áreas técnicas para discutir indicadores, metas e iniciativas estratégicas.

Os próximos passos incluem reuniões com a alta gestão, composta pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, para validar premissas, indicadores, metas e iniciativas. O objetivo é aprovar o novo Planejamento Estratégico no início do terceiro trimestre de 2025.

Ainda nesse contexto, a CDP prevê a realização de dois leilões em 2025: um para o arrendamento da área VDC29 e outro para a área VDC04, ambas localizadas no Pofio Organizado de Vila do Conde.

O projeto VDC29 prevê a implantação de um terminal de granel sólido vegetal, voltado ao armazenamento e movimentação de milho e soja. O investimento estimado é de R) 700 milhões, com uma área de aproximadamente 57.000 m², que abrigará infraestrutura de armazenagem, correias transportadoras, tombadores de caminhões e balanças. Além disso, contará com um píer para atracação de navios de até 120.000 TPB e dois berços para barcas, com previsão de movimentação anual de 7 milhões de toneladas.

Já o projeto VDC04 será destinado ao armazenamento e movimentação de granel sólido mineral, como minério e fertilizantes. Com uma área de 32.000 m² e um investimento estimado em R) 13 milhões, o terminal contará com estrutura para recepção marítima, armazenagem e expedição terrestre. Sua infraestrutura incluirá um pátio de armazenagem de minérios com capacidade estática de 40.000 toneladas e três armazéns com capacidade total para até 15.425 toneladas de fertilizantes, resultando em uma capacidade dinâmica de 665.100 toneladas por ano.

Além disso, está prevista a readequação do Terminal de Outeiro para viabilizar a atracação de navios de passageiros, em apoio à realização da COP30.

Paralelamente, em 2025, a CDP contratará uma empresa especializada para elaborar estudos de viabilidade voltados a diferentes modalidades, como cessão e arrendamento de áreas. Essa iniciativa permitirá ampliar a oferta de áreas ao mercado, viabilizando sua ocupação, gerando receitas patrimoniais e garantindo investimentos estratégicos.

ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÔMICA E AMBIENTAL – EVTEA

I. VDC29 - Implantação de um terminal para movimentação de granel sólido vegetal no Pofio de Vila do Conde

A CDP recebeu os estudos de EVTEA, concluiu as análises e encaminhou ao poder concedente para análise do TCU, estando, atualmente, com a ANTAQ para realização do Leilão, o qual estima ser realizado na 1ª rodada dos Leilões pela Antaq em 2025.

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE ARRENDAMENTOS

A Companhia celebrou um total de 6 termos contratuais, dentre termos aditivos, cessões de área e contratos de transição. Os termos celebrados correspondem ao aumento de receita contratual de outorgas para a Companhia Docs em aproximadamente R) 700.000,00 por mês e cerca de R) 170 milhões a serem recebidos até junho de 2025 em função do VPL da prorrogação do Contrato de Arrendamento da Cargill.

I. Cessão de Uso Onerosa: Em outubro de 2024 foi celebrado o Contrato de Cessão de Uso Onerosa nº 01/2024, para Canteiro de Obras e Laydown com a empresa CELBA, contemplando área total de 167.800,46 m² que tem como finalidade dar apoio à construção das Usinas Termelétricas Novo Tempo Barcarena e Pofiocém.

II. Autorização de Passagem: Foi assinado, em junho de 2024, o Contrato de Autorização de Passagem nº 02/2024 com a empresa CELBA, pela passagem em área de 3.393 m² de Linha de Transmissão de 230 kV, que interliga a subestação elevadora da UTE-NTB1 ao bay H de conexão da Subestação de Vila do Conde da Eletronofie.

III. Contrato de Transição: A fim de manter a segurança jurídica da Companhia, foram celebrados os Contratos de Transição nº 10 e 11 com as empresas ALUNORTE – ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A - ALUNORTE e ALBRAS - ALUMÍNIO BRASILEIRO S/A.

IV. Termos Aditivos: Contrato do Pofio Futuro II, cuja área objeto do contrato foi alterada pelo 3º Termo Aditivo, adicionando ao contrato os armazéns 8, 8A e 8B, alterando a cessão de uso de 41.709 m² para 57.531 m². Ainda, devido ao aumento na área cedida, foram negociadas novas contrapartidas para o contrato.

V. Termos Aditivos: Foi celebrado em 04/11/2025, o Termo Aditivo nº 03 ao Contrato de Arrendamento nº 25/1999 com a CARGIL. A tramitação para assinatura da prorrogação teve início no ano de 2014, após a realização de obras não previstas contratualmente. A assinatura do referido Termo, além de corrigir as outorgas fixas e variáveis, prevê também o pagamento à CDP de aproximadamente R) 170 milhões, devido ao VPL positivo gerado pela prorrogação do contrato por mais 25 anos. No mais, esse contrato torna-se aquele com maior horizonte temporal na CDP.

Ademais, no exercício, a Companhia obteve uma receita de R) 225.709.124,87 oriundas de Contratos, representando um aumento de aproximadamente R) 5.000.000,00 em relação ao resultado do exercício de 2023.

INVESTIMENTOS REALIZADOS

No último ano foi realizado o total de R) 4.652.843.457,48 em investimentos referentes aos Contratos, dos quais R) 4.474.945.875,48 foram implantados no Pofio de Vila do Conde, enquanto que R) 39.299.610,83 no Pofio de Santarém e R) 138.597.971,17 no Pofio Organizado de Belém. Destes, cerca de 95% foram realizados na implantação das duas usinas termelétricas pela CELBA no Pofio de Vila do Conde.

| PORTO | CONTRATO | INVESTIMENTO 2024 |
|---------------------------|---|----------------------|
| PORTO DE VILA DO CONDE | Contrato de Cessão de Uso Onerosa nº 01/2020 - CELBA | R\$ 4.400.000.000,00 |
| PORTO DE VILA DO CONDE | Contrato de Arrendamento nº 14/2003 - CONVICON | R\$ 74.945.875,48 |
| PORTO DE SANTARÉM | Contratos de Arrendamento nº 01/2018 e 01/2019 - CONSÓRCIO PORTO SANTARÉM | R\$ 39.299.610,83 |
| PORTO ORGANIZADO DE BELÉM | Contrato de Arrendamento nº 04/2022 - TRANSPETRO | R\$ 41.395.845,26 |
| PORTO ORGANIZADO DE BELÉM | Contrato de Arrendamento nº 12/2019 - IPIRANGA | R\$ 1.665.937,81 |
| PORTO ORGANIZADO DE BELÉM | Contrato de Arrendamento nº 13/2019 - VIBRA | R\$ 23.912.626,16 |
| PORTO ORGANIZADO DE BELÉM | Contrato de Arrendamento nº 10/2019 - LATITUDE | R\$ 40.571.183,32 |
| PORTO ORGANIZADO DE BELÉM | Contratos de Cessão de Uso Onerosa nº 05/2022 e 06/2022 - REVEMAR | R\$ 31.052.378,62 |

ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO E ZONEAMENTO - PDZ

Por meio das Pofiarías MPor nº 644/2024, 645/2024 e 646/2024, todas de 18/12/2024 foram homologadas as atualizações dos PDZ's dos pofios de Santarém, Belém e Vila do Conde, respectivamente.

Essas atualizações visam à consolidação e modernização operacional dos pofios, integrando os transpofios rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como fazendo a ligação logística entre esses modais. No mesmo sentido, as atualizações foram voltadas à expansão e ao desenvolvimento integrado e sustentável de áreas e instalações dos pofios organizados, com os devidos planos de ações, em atendimento às movimentações pofuárias nos horizontes de planejamento, com o intuito de fomentar as alterações e implementações necessárias ao aumento da eficiência e modernização dos pofios administrados pela CDP.

Poko Vila do Conde:

- I. Todas as áreas afetadas e não afetadas às operações pofuárias que não se encontram ocupadas tiveram seus perfis de carga ou tipo de uso alterados para multipropósito;
- II. Foram criadas duas áreas afetadas às operações pofuárias visando a implantação do projeto de gasoduto;
- III. Foram incluídas as projeções do Terminal de Múltiplo Uso 2 e terminal de granel vegetal (atrelado ao VDC29) - ambos a construir;
- IV. Foram incluídas duas áreas específicas para realização de operações de transbordo localizadas em espelho d'água

Poko de Santarém

- I. Todas as áreas afetadas e não afetadas às operações pofuárias que não se encontram ocupadas tiveram seus perfis de carga ou tipo de uso alterados para multipropósito;
- II. Foram criadas duas áreas não afetadas às operações pofuárias, uma visando a instalação de ETA e a segunda para construção da administração do pofio;
- III. Foram incluídas as projeções do terminal de múltiplo uso 2 e dolfins - ambos a construir;
- IV. Foi incluída projeção de reforço estrutural e ampliação do pier existente (100);
- V. Foi incluída área específica para realização de operações de transbordo localizada em espelho d'água.

Poko de Belém

- I. Todas as áreas afetadas e não afetadas às operações pofuárias que não se encontram ocupadas tiveram seus perfis de carga ou tipo de uso alterados para multipropósito;
- II. Transformação de área afeta a operação pofuária em área de revitalização pofuária, visando a implantação do projeto Pofio Futuro II.

Terminal de Miramar

- I. Todas as áreas afetadas e não afetadas às operações pofuárias que não se encontram ocupadas tiveram seus perfis de carga ou tipo de uso alterados para multipropósito;
- II. Foram criadas duas áreas não afetadas às operações pofuárias, visando implantação de novos negócios;
- III. Transformação de área não afeta a operação pofuária em área afeta às operações pofuárias, visando implantação de novos negócios;
- IV. Foi incluída a projeção de terminal de barcas - a construir.

Terminal de Outeiro

- I. Todas as áreas afetadas e não afetadas às operações pofuárias que não se encontram ocupadas tiveram seus perfis de carga ou tipo de uso alterados para multipropósito;
- II. Foi incluída a projeção de dolfins - a construir;
- III. Foi incluída projeção de reforço estrutural e ampliação do pier existente (100).

INVESTIMENTO COM PRODUÇÃO/OPERAÇÃO DA EMPRESA

Os investimentos com produção/operação da empresa são compostos por ações relacionadas aos valores investidos em contratos continuados e temporários, assim como ocorre com os valores investidos no pagamento de taxas para manutenção da licença de operações, classificadas como Diversos.

Assim, foram investidos aproximadamente R\$ 5.451.872,52 milhões em contratos relacionados à operação, distribuídos entre as seguintes categorias:

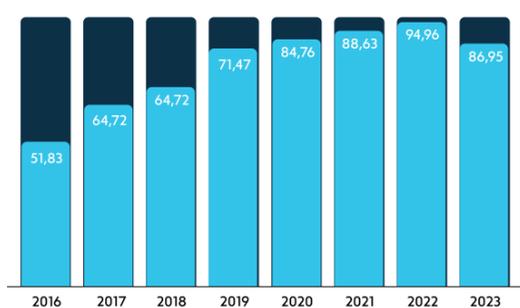
- I. Contratos com prazo de 12 meses;
- II. Contratos com prazo de 60 meses;
- III. Contratos temporários;
- IV. Diversos (Taxas, Publicações, DAE).

ÍNDICE DE DESEMPENHO AMBIENTAL – IDA

O Índice de Desempenho Ambiental é composto por 37 indicadores que são classificados em 4 categorias e 14 indicadores globais.

Atualmente a CDP apresenta o seguinte histórico de avaliação do IDA, conforme podemos ver abaixo:

Índice de Desempenho Ambiental - IDA



A primeira categoria dos indicadores é a denominada Econômico-operacional, a qual trata das ações da organização, estruturação e capacidade de resposta, voltadas para a gestão ambiental, em harmonia com as suas operações pofuárias.

A segunda categoria existente é a denominada Sócio-cultural, que avalia métodos e ações sociais inseridas na lógica ambiental. A gestão ambiental deve ser entendida e tratada como um processo integrado, em que todos os aspectos de qualidade ambiental estão considerados. Sob esse prisma, as questões de saúde e sanitárias são tão importantes quanto a proteção dos recursos naturais pofuários.

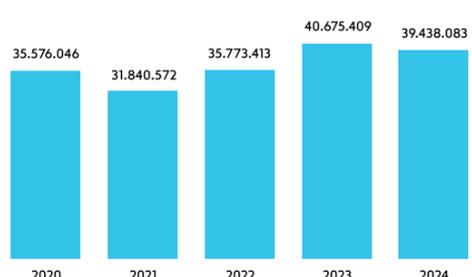
Por sua vez, a terceira categoria engloba indicadores físico-químicos, os quais são relacionadas às ações de gestão dos possíveis tipos de poluição decorrentes da atividade pofuária.

Por fim, a quarta e última categoria engloba indicadores Biológico-ecológicos, que, por sua vez, avaliam as questões mais diretamente relacionadas aos organismos presentes nas áreas pofuárias.

MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS

Em 2024, a movimentação de cargas da Companhia Docs do Pará (CDP) registrou uma queda, com destaque para a redução de 2 milhões de toneladas de soja em relação ao ano anterior. Esse declínio foi impulsionado por questões climáticas e pela expressiva queda nos preços da commodity, que desvalorizou aproximadamente 27% ao longo do ano. Embora o Brasil tenha colhido uma safra recorde, as exportações foram impactadas por medidas comerciais adotadas pelos produtores para mitigar a desvalorização.

Movimentação de Mercadorias (ton)



Para impulsionar o crescimento da movimentação de cargas nos pofios administrados pela CDP, fatores como o aumento da produtividade das operações existentes e a implementação de novos projetos são fundamentais. Nesse sentido, destacam-se o início das operações de Gás Natural Liquefeito (GNL) pela CELBA no Pofio de Vila do Conde e a movimentação de navios de combustíveis no berço 201 do Pofio de Santarém pelo Consórcio Pofio Santarém. Ambos os empreendimentos ainda estão em fase inicial e não atingiram sua plena capacidade operacional.

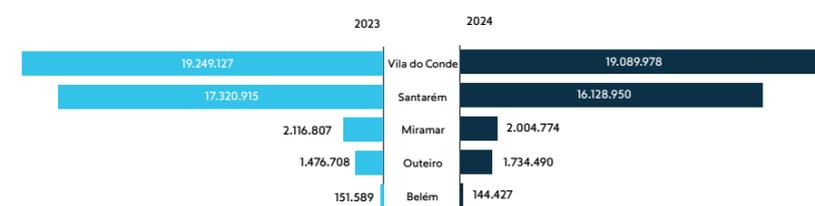
Além disso, a melhoria da eficiência operacional depende da execução de diversas ações estratégicas planejadas pela CDP. Entre as principais iniciativas estão a dragagem dos terminais de Miramar e Outeiro, a construção do TMU2, a remoção do navio Haidar do Pofio de Vila do Conde e o avanço das obras da Transpetro para ampliar a capacidade operacional do berço 101 do Terminal de Miramar. Essas melhorias permitirão a operação de navios com maior carga consignada, a redução da fila de embarcações em Vila do Conde e a atração de novas cargas para os pofios de Vila do Conde e Outeiro. Com isso, a CDP poderá oferecer maior infraestrutura e disponibilidade operacional para atender novos clientes e projetos.

No entanto, tais ações demandam tempo para serem implementadas. Assim, na ausência da inauguração de grandes projetos no curto prazo, a movimentação da Companhia tende a permanecer estável, sujeita apenas às oscilações do mercado.

Principais Mercadorias Movimentadas 2023-2024

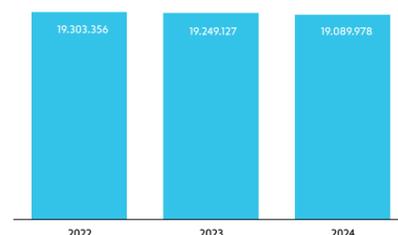


Movimentação de Mercadorias por Porto (ton)



Vila do Conde

Movimentação de Mercadorias - Porto de Vila do Conde (ton)

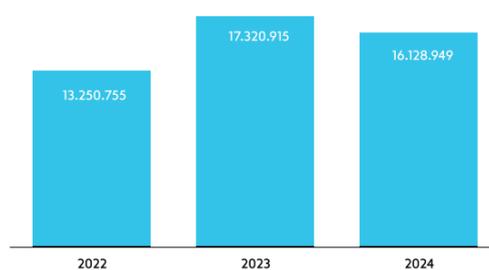


Principais Mercadorias Movimentadas (ton)

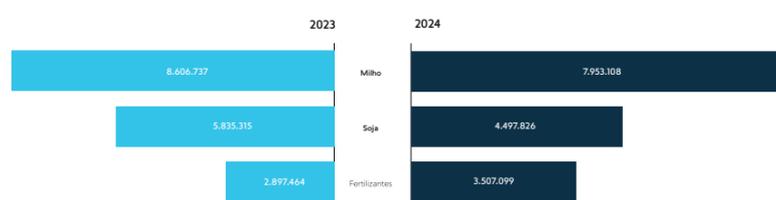


SANTARÉM

Movimentação de Mercadorias - Porto de Santarém (ton)

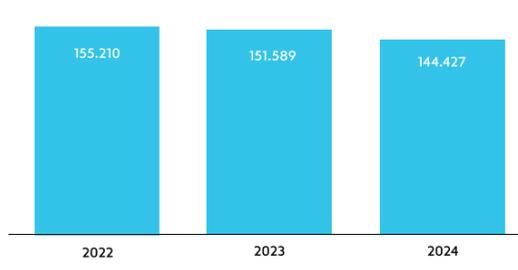


Principais Mercadorias Movimentadas (ton)

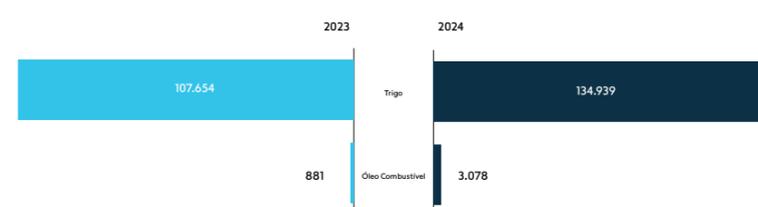


BELÉM

Movimentação de Mercadorias - Porto de Belém (ton)

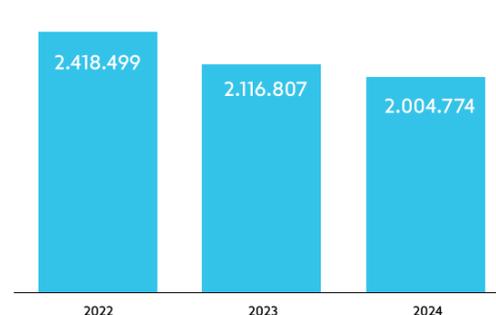


Principais Mercadorias Movimentadas (ton)



MIRAMAR

Movimentação de Mercadorias - Terminal de Miramar (ton)

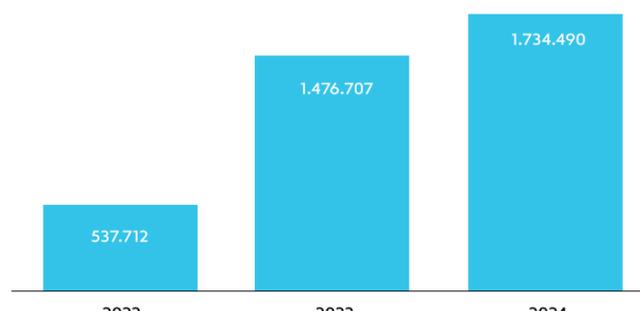


Principais Mercadorias Movimentadas (ton)

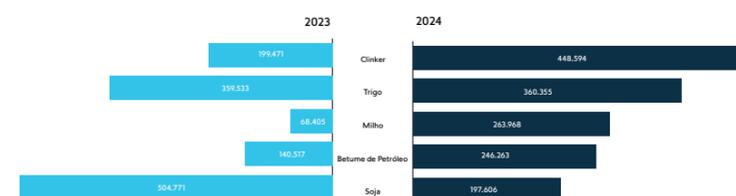


OUTEIRO

Movimentação de Mercadorias - Terminal de Outeiro (ton)

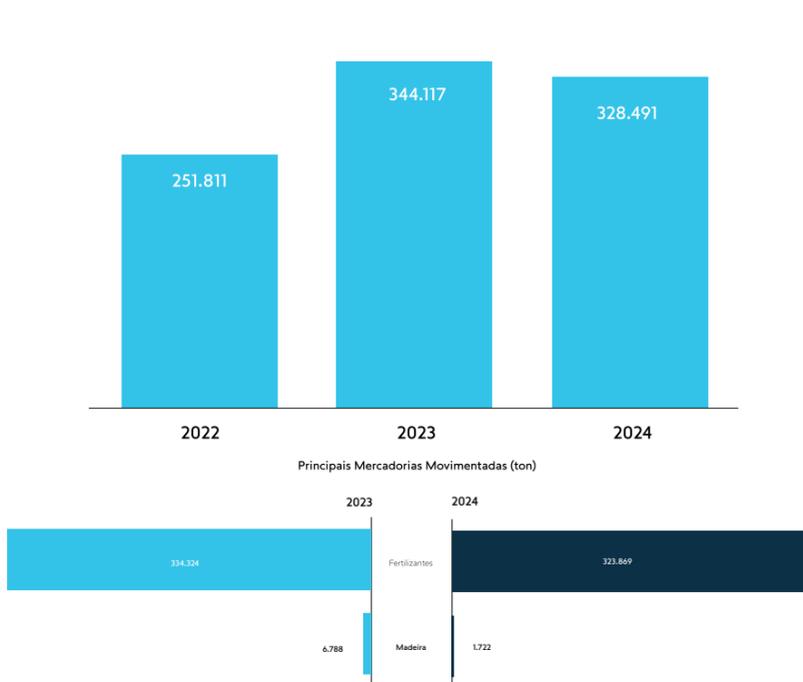


Principais Mercadorias Movimentadas (ton)



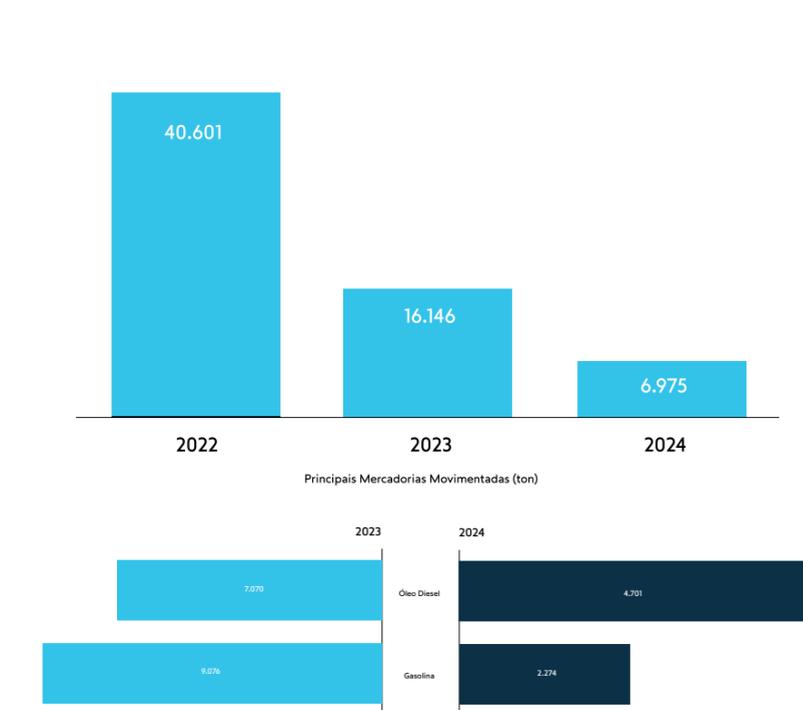
ITAITUBA

Movimentação de Mercadorias - Porto de Itaituba (ton)



ALTAMIRA

Movimentação de Mercadorias - Porto de Altamira (ton)



CAPÍTULO 4 - DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO
DESEMPENHO FINANCEIRO INSTITUCIONAL

A Companhia Docas do Pará (CDP), na qualidade de empresa estatal não dependente, deve elaborar seu orçamento por meio do PDG, que realiza a previsão das receitas e despesas previstas para o período. Esse documento detalha as fontes de receita e a alocação dos recursos, garantindo o alinhamento com as diretrizes da política econômica do governo. O objetivo é assegurar a equidade, eficiência e efetividade na gestão das empresas estatais federais não dependentes.

O PDG foi aprovado pelo Decreto nº 11.814, de 5 de dezembro de 2023, com previsão de execução de R\$ 212.650.000 para Receitas de Capital, R\$ 480.343.309 para Receitas Correntes, R\$ 321.041.067 para Despesas de Capital e R\$ 468.736.834 para Despesas Correntes. No entanto, ao longo do exercício, houve reprogramação orçamentária, resultando na reprogramação das Receitas Correntes para R\$ 443.862.982 e das Despesas Correntes para R\$ 431.749.643, enquanto as previsões para Receita de Capital e Despesa de Capital permaneceram inalteradas.

No que tange ao Orçamento de Investimento – OI, aprovado através da Lei 14.822, de 22 de janeiro de 2024, foi consignado para o ano de 2024 o valor de R\$ 212.650.000, para investimentos no âmbito da Companhia, sendo executado o valor de R\$ 12.193.671,00, correspondente a 3,80% do total programado para o exercício.

| Período | Execução do Orçamento de Investimentos - 2024 | | | |
|--------------|---|------------------|------------------|-------------------|
| | 1º Trím | 2º Trím | 3º Trím | 4º Trím |
| %Executado | 0,34% | 0,92% | 2,91% | 3,80% |
| Executado | R\$ 1.102.784,00 | R\$ 2.949.656,00 | R\$ 9.435.267,00 | R\$ 12.193.671,00 |
| Limite Anual | R\$ 321.041.067,00 | | | |

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O montante reprogramado para despesas correntes totaliza R\$ 431.749.643, dos quais R\$ 333.771.161 foram executados, resultando em uma taxa de execução de 77%.

No detalhamento das despesas correntes, observa-se que os gastos com pessoal, serviços de terceiros e tributos apresentam uma taxa média de execução de 71%.

As despesas relacionadas a conselhos e comitês registram uma taxa de execução de 101%.

Em contrapartida, os gastos com materiais e produtos apresentam uma execução de apenas 28%, o que pode sinalizar a necessidade de revisão nas políticas de aquisição ou na gestão de estoques.

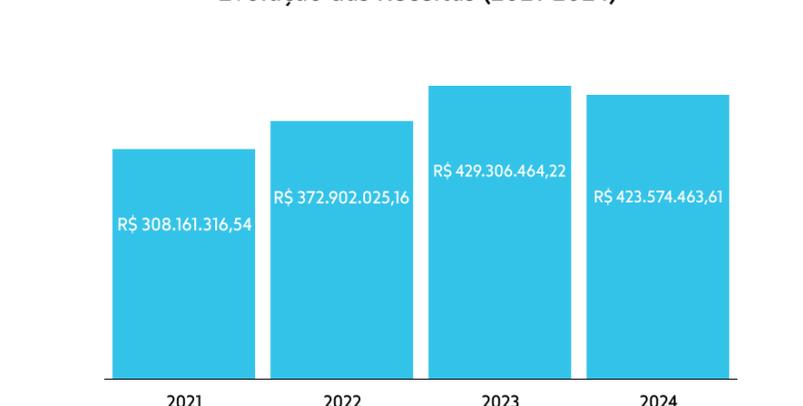
Por fim, as despesas financeiras atingem uma taxa de execução de 85%, o que pode demandar uma análise mais aprofundada para otimização de custos e aprimoramento da gestão de financiamentos.

| DESCRIÇÃO | APROVADO | UTILIZADO | % EXECUÇÃO |
|---|--------------------|--------------------|------------|
| (=) DESPESAS CORRENTES | R\$ 431.749.643,00 | R\$ 333.771.161,00 | 77% |
| (+) Despesas com Pessoal | R\$ 161.071.753,00 | R\$ 146.229.110,00 | 91% |
| (+) Despesas com Dirigentes | R\$ 1.347.487,00 | R\$ 1.099.980,00 | 82% |
| (+) Despesas com Conselhos e Comitês estatutários | R\$ 499.260,00 | R\$ 503.237,00 | 101% |
| (+) Materiais e Produtos | R\$ 5.416.446,00 | R\$ 1.501.315,00 | 28% |
| (+) Serviços de Terceiros | R\$ 65.516.810,00 | R\$ 32.179.647,00 | 49% |
| (+) Tributos | R\$ 124.027.710,00 | R\$ 92.437.051,00 | 75% |
| (+) Despesas Financeiras | R\$ 2.331.914,00 | R\$ 1.985.075,00 | 85% |
| (+) Outras Despesas Correntes | R\$ 71.538.263,00 | R\$ 57.835.747,00 | 81% |

Nos últimos anos, a Companhia tem registrado um crescimento significativo em suas receitas. Em 2023, a receita alcançou R\$ 429,3 milhões, representando um aumento de aproximadamente 15,13% em relação ao ano anterior. Esse crescimento consistente é resultado das iniciativas voltadas para a ampliação das receitas e a redução de custos, com o objetivo de otimizar o desempenho econômico-financeiro.

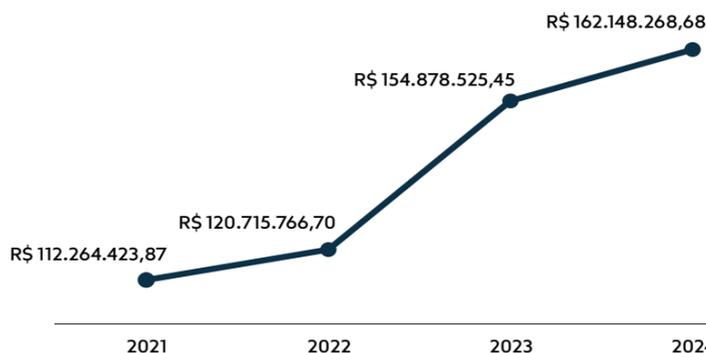
Em 2024, a receita foi de R\$ 423,5 milhões, mantendo-se em um patamar elevado, refletindo a continuidade das estratégias adotadas. A seguir, a evolução da receita nos últimos quatro anos:

Evolução das Receitas (2021-2024)



No que diz respeito ao EBITDA, a CDP tem alcançado consideráveis aumentos no decorrer dos anos. O aumento no EBITDA consolida a capacidade financeira da Companhia em gerar caixa por suas operações, uma vez que são desconsideradas as despesas com impostos, juros, depreciação e amofização.

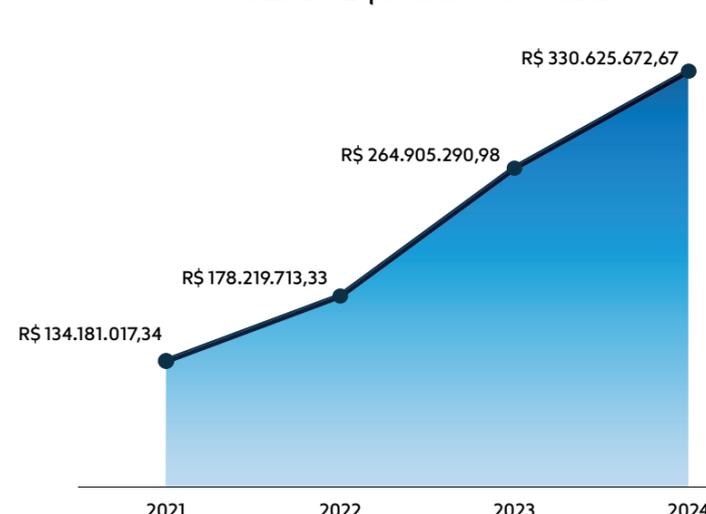
EBITDA



GESTÃO DE CAIXA

A gestão de caixa desempenha um papel significativo no aprimoramento das operações, resultando no aumento do valor dos fundos disponíveis da empresa. Isso é alcançado através da implementação de controles internos que otimizam os fluxos de entrada e saída de recursos, fofalecendo assim a geração de caixa e assegurando a liquidez corporativa.

Caixa e Equivalente de Caixa



Conforme evidenciado pelo gráfico, é apresentada a trajetória do saldo disponível em caixa ao longo dos últimos quatro anos. Observa-se um crescimento significativo nos anos de 2021 e 2024, atribuído à eficiente administração dos fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes.

CAPÍTULO 5 - DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS
RECEITAS

As receitas da Companhia são advindas da sua atividade, ou seja, com a prestação de serviços portuários e arrendamentos de áreas dentro do Pofio Organizado. As receitas na autoridade portuária podem ser representadas pelas tarifas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário (Tabela 1), das Instalações de Acostagem (Tabela 2), da Infraestrutura Operacional ou Terrestre (Tabela 3), Serviços de Movimentação de Cargas (Tabela 4), Armazenagem (Tabela 5), Utilização de Equipamentos (Tabela 6), serviços Diversos Padronizados (Tabela 7), Contratos de Uso Temporário (Tabela 8) e Complementares (Tabela 9).

As mercadorias que mais impactaram o resultado da CDP foram o milho e a soja, cujas operações caíram, respectivamente, 5,92% e 27,52%, enquanto a imofoiação de feijilzante pela CDP teve alta de 17,35%, mas que não são fo suficiente para compensar a queda na movimentação da CDP, a qual, no total, caiu 3,04%. (39.438,083 toneladas em 2024 contra 40.675.409 toneladas em 2023).

Outrossim, convém observar que no ano de 2022 e 2023 as cargas do agronegócio bateram recorde de movimentação, enquanto no ano de 2024 estamos diante de uma redução nas expofiações devido a fatores climáticos e redução do preço das commodities no mercado internacional, o que demonstra os ciclos dos mercados que a CDP passa a fazer paíe, apesar de o impacto na movimentação da Companhia não ter sido tão severo, graças à grande diversidade de operações que a empresa possui.

Receitas

| DESCRIÇÃO | 2024 | 2023 | Variação |
|--------------------------|----------------|----------------|----------|
| Receitas Tarifárias | 161.058.568,93 | 190.960.638,79 | -15,66% |
| Receitas de Arrendamento | 235.733.859,64 | 228.344.241,43 | 3,24% |
| Receitas Acessórias | 26.782.035,04 | 10.001.584,00 | - |
| Receita Bruta | 423.574.463,61 | 429.306.464,22 | -1,34% |
| Deduções | 60.689.162,40 | 57.043.841,57 | 6,39% |
| Receita Líquida | 362.885.301,21 | 372.262.622,65 | -2,52% |

EXTRATO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

| DESCRIÇÃO | 2024 | 2023 | Variação |
|---|----------------|----------------|------------|
| Receita Bruta | 423.574.463,61 | 429.306.464,22 | -1,34% |
| Deduções da Receita Bruta | 60.689.162,40 | 57.043.841,57 | 6,39% |
| Receita Líquida Operacional | 362.885.301,21 | 372.262.622,65 | -2,52% |
| Custos dos Serviços Pofuários | 124.524.744,05 | 115.917.281,45 | 7,43% |
| Custos - Depreciação | 15.795.537,89 | 14.663.632,88 | 7,72% |
| Lucro Bruto | 222.565.019,27 | 241.681.728,32 | -7,91% |
| Margem Bruta | 61,33% | 64,92% | -5,53 p.p. |
| Despesas Administrativas e Gerais | 80.370.683,46 | 104.772.709,07 | -23,29% |
| Despesas com Depreciação | 4.740.171,54 | 3.937.418,12 | 20,39% |
| Outros Resultados Operacionais | 11.370.971,90 | 10.250.721,82 | 10,93% |
| Lucro Antes do Resultado Financeiro | 148.825.136,17 | 143.222.322,95 | 3,91% |
| Resultado Financeiro | 27.998.672,53 | 24.483.604,19 | 14,36% |
| Lucro Antes dos Tributos | 176.823.808,70 | 167.705.927,14 | 5,44% |
| Tributos sobre Lucros | 47.998.559,53 | 43.365.826,68 | 10,68% |
| Lucro Antes da PLR | 128.825.249,17 | 124.340.100,46 | 3,61% |
| Paficipação nos Resultados - Empregados | 7.212.576,92 | 6.944.848,50 | 3,86% |
| Lucro Líquido | 121.612.672,25 | 117.395.251,96 | 3,59% |
| Margem Líquida | 33,51% | 31,54% | 6,27 p.p. |
| EBITDA | 162.148.268,68 | 154.878.525,45 | 4,69% |
| Margem EBITDA | 44,68% | 41,60% | 7,40 p.p. |

CUSTOS OPERACIONAIS

| DESCRIÇÃO | 2024 | 2023 | Variação |
|--|----------------|----------------|----------|
| Pessoal, Benefícios e Encargos Sociais | 99.341.459,70 | 83.951.762,46 | 18,33% |
| Serviços de Terceiros | 16.407.000,88 | 21.077.869,50 | -22,16% |
| Depreciação e Amofização | 14.860.801,46 | 13.699.726,79 | 8,48% |
| Utilidades, Serviços e Materiais | 10.481.554,17 | 9.077.993,86 | 15,46% |
| Outros | 559.505,84 | 737.915,16 | -24,18% |
| Provisão ACT 2023/2024 | 705.586,45 | 2.035.626,56 | -65,34% |
| (-) Reversão de Provisão ACT | 2.035.626,56 | - | - |
| Total | 140.320.281,94 | 130.580.894,33 | 7,46% |
| % sobre a Receita Líquida | 38,67% | 35,08% | - |

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

| DESCRIÇÃO | 2024 | 2023 | Variação |
|--|---------------|----------------|-----------|
| Pessoal, Benefícios e Encargos Sociais | 50.248.825,74 | 47.319.113,79 | 6,19% |
| Serviços de Terceiros | 9.687.909,33 | 7.106.319,15 | 36,33% |
| Utilidades, Serviços e Materiais | 1.139.002,86 | 952.778,33 | 19,55% |
| Despesas Gerais | 34.181.731,76 | 3.066.757,18 | 1.014,59% |
| Despesas Tributárias | 1.799.004,61 | 451.708,17 | 298,27% |
| PECLD | 9.032.608,90 | 14.298.617,96 | -36,83% |
| Provisões para Contingências | 5.995.520,95 | 29.582.450,38 | -79,73% |
| Provisões Acordo Coletivo de Trabalho | 705.586,45 | 2.035.626,56 | -65,34% |
| Depreciação e Amofização | 4.697.812,29 | 3.896.755,67 | 20,56% |
| (-) Reversão de Despesas Provisionadas | 32.377.147,89 | 0,00 | - |
| Total | 85.110.855,00 | 108.710.127,19 | -21,71% |
| % sobre a Receita Líquida | 23,45% | 29,20% | - |

BALANÇO RESUMIDO

| GRUPOS | 2024 | 2023 | Variação |
|--------------------------|------------------|----------------|----------|
| Ativo Circulante | 631.798.364,54 | 391.000.733,09 | 61,58% |
| Realizável a Longo Prazo | 59.736.493,92 | 76.122.904,64 | -21,53% |
| Investimentos | 139.579,41 | 139.579,41 | 0,00% |
| Imobilizado | 367.975.867,33 | 362.061.273,26 | 1,63% |
| Intangível | 8.405.458,85 | 8.841.305,45 | -4,93% |
| Total do Ativo | 1.068.055.764,05 | 838.165.795,85 | 27,43% |
| Passivo Circulante | 106.774.350,51 | 105.369.329,30 | 1,33% |
| Passivo Não Circulante | 279.524.718,26 | 169.629.236,23 | 64,79% |
| Patrimônio Líquido | 681.756.695,28 | 563.167.230,32 | 21,06% |
| Total do Passivo | 1.068.055.764,05 | 838.165.795,85 | 27,43% |

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(em reais)

BALANÇO PATRIMONIAL
31/12/2024 - Em Reais

| | NOTAS | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|-------|-------------------------|-----------------------|
| ATIVO TOTAL | | 1.068.055.764,05 | 838.165.795,85 |
| ATIVO CIRCULANTE | | 631.798.364,54 | 391.000.733,09 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 4 | 330.625.672,67 | 264.905.290,98 |
| CONTAS A RECEBER DE CLIENTES, LÍQUIDAS | 5 | 109.469.494,11 | 106.793.150,09 |
| ESTOQUES | 6 | 117.203,57 | 87.332,59 |
| TRIBUTOS A COMPENSAR E RECUPERAR | 7 | 11.124.906,34 | 10.343.807,77 |
| DESPESAS ANTECIPADAS | 8.1 | 23.333,36 | 23.333,35 |
| OUTROS ATIVOS CIRCULANTES | 8.2 | 2.953.920,04 | 2.661.249,51 |
| DIREITOS CONTRATUAIS DE ARRENDAMENTOS | 10.1 | 177.483.834,45 | 6.186.568,80 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | 436.257.399,51 | 447.165.062,76 |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | | 59.736.493,92 | 76.122.904,64 |
| TRIBUTOS DIFERIDOS | 11 | 34.604.625,14 | 42.014.195,26 |
| DEPÓSITOS JUDICIAIS | 12 | 9.922.073,20 | 12.212.980,45 |
| DIREITOS CONTRATUAIS DE ARRENDAMENTOS | 10.2 | 15.209.795,58 | 21.895.728,93 |
| INVESTIMENTOS IMOBILIZADO INTANGÍVEL | | 139.579,41 | 139.579,41 |
| INVESTIMENTOS | 14 | 139.579,41 | 139.579,41 |
| IMOBILIZADO | 15 | 367.975.867,33 | 362.061.273,26 |
| INTANGÍVEL | 16 | 8.405.458,85 | 8.841.305,45 |
| PASSIVO TOTAL | | 1.068.055.764,05 | 838.165.795,85 |
| PASSIVO CIRCULANTE | | 106.774.350,51 | 105.369.329,30 |
| FORNECEDORES | 17 | 4.273.161,12 | 7.799.640,64 |
| OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS | 18 | 21.640.235,54 | 22.868.739,19 |
| OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS | 19 | 9.996.945,26 | 11.223.481,04 |
| BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO - PORTUS | 20.1 | 3.610.085,63 | 3.279.444,52 |
| JCP A PAGAR | 21 | 28.850.307,66 | 27.779.393,99 |
| OUTRAS CONTAS A PAGAR/OBRIGAÇÕES | 22 | 5.253.680,82 | 6.397.308,69 |
| PRECATÓRIOS | 23 | 5.720.014,35 | 3.716.947,93 |
| RECEITAS ANTECIPADAS | 24 | 18.768.152,53 | 20.532.293,37 |
| RECEITAS DIFERIDAS | 25.1 | 8.661.767,60 | 1.772.079,93 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | 279.524.718,26 | 169.629.236,23 |
| TRIBUTOS DIFERIDOS | 26 | 13.466.884,43 | 11.711.475,02 |
| BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO - PORTUS | 20.2 | 42.560.178,00 | 60.529.971,93 |
| CONTAS A PAGAR DE LONGO PRAZO | 28 | 1.734.477,73 | 1.636.761,47 |
| PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS | 27 | 28.111.172,94 | 63.944.126,76 |
| RECEITAS DIFERIDAS | 25.2 | 193.652.005,16 | 31.806.901,05 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 681.756.695,28 | 563.167.230,32 |
| CAPITAL SOCIAL | 29.1 | 386.085.864,20 | 385.944.063,32 |
| OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES | 29.2 | 34.772.264,00 | 18.807.471,00 |
| CRÉDITO DA UNIÃO P/ FUTURO AUMENTO DE CAPITAL | 29.3 | 10.383.247,12 | 525.048,00 |
| RESERVAS DE LUCROS | | 250.515.319,96 | 157.890.648,00 |
| Reserva Legal | 29.4 | 17.677.643,76 | 11.603.894,78 |
| Reserva para Investimentos | 29.5 | 232.837.676,20 | 146.286.753,22 |

As Notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
31/12/2024 - Em Reais

| | NOTAS | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|-------|-------------------------|-------------------------|
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 30 | 362.885.301,21 | 372.262.622,65 |
| CUSTOS DOS SERVIÇOS PORTUÁRIOS | 31 | (140.320.281,94) | (130.580.894,33) |
| LUCRO BRUTO | | 222.565.019,27 | 241.681.728,32 |
| DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS | 32 | (85.110.855,00) | (108.710.127,19) |
| OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS | 33 | 11.370.971,90 | 10.250.721,82 |
| LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | | 148.825.136,17 | 143.222.322,95 |
| RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO | 34 | 27.998.672,53 | 24.483.604,19 |
| RECEITAS FINANCEIRAS | | 29.983.747,45 | 26.160.533,76 |
| DESPESAS FINANCEIRAS | | (1.985.074,92) | (1.676.929,57) |
| LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS | | 176.823.808,70 | 167.705.927,14 |
| CSLL | 35 | (12.711.853,99) | (11.497.625,40) |
| IRPJ | 35 | (35.286.705,54) | (31.868.201,28) |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DA PLR | | 128.825.249,17 | 124.340.100,46 |
| (-) Participação no Resultado - Empregados | 36 | (7.212.576,92) | (6.944.848,50) |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | 121.612.672,25 | 117.395.251,96 |
| Quantidade de Ações | | 2.047.786.413 | 2.047.786.413 |
| Lucro por Ação (R\$) | | 0,0594 | 0,0607 |

As Notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
31/12/2024- Em Reais

| DESCRIÇÃO | CAPITAL SOCIAL | AFAC | Prejuízo ou Lucro Acumulado | Reserva de Lucros | | Outros Resultados Abrangentes | | | | | TOTAL |
|---|-----------------------|---------------------|-----------------------------|----------------------|----------------------------|-------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|------------------------|----------------------|-----------------------|
| | | | | Reserva Legal | Reserva para Investimentos | Perdas ou ganhos atuariais | Retorno sobre os ativos do plano | Efeito compartilhamento de riscos | Tributos Diferidos ORA | Total ORA | |
| SALDO EM 31.12.2022 | 362.807.132,28 | 1.000.000,00 | - | 5.755.601,31 | 85.370.830,12 | 114.760.082,00 | (4.087.871,00) | (85.811.583,00) | - | 24.860.628,00 | 479.794.191,71 |
| Lucro Líquido do Período | - | - | 117.395.251,96 | - | - | - | - | - | - | - | 117.395.251,96 |
| Aumento de Capital | 23.136.931,04 | (474.952,00) | - | - | (22.422.258,88) | - | - | - | - | - | 239.720,16 |
| Ajustes Portus - PBP1 | - | - | - | - | - | (5.301.911,00) | (751.246,00) | - | - | - | (6.053.157,00) |
| Tributos Diferidos Portus -ORA | - | - | - | - | - | - | - | - | (429.382,52) | (429.382,52) | (429.382,52) |
| Transf Tributos Diferidos-ORA p/resultado | - | - | (429.382,52) | - | - | - | - | - | 429.382,52 | 429.382,52 | - |
| Constituição de Reservas | - | - | (89.186.475,45) | 5.848.293,47 | 83.338.181,98 | - | - | - | - | - | - |
| JCP a Pagar | - | - | (27.779.393,99) | - | - | - | - | - | - | - | (27.779.393,99) |
| SALDO EM 31/12/2023 | 385.944.063,32 | 525.048,00 | - | 11.603.894,78 | 146.286.753,22 | 109.458.171,00 | (4.839.117,00) | (85.811.583,00) | - | 18.807.471,00 | 563.167.230,32 |

| DESCRIÇÃO | CAPITAL SOCIAL | AFAC | Prejuízo ou Lucro Acumulado | Reserva de Lucros | | Outros Resultados Abrangentes | | | | | TOTAL |
|---|-----------------------|----------------------|-----------------------------|----------------------|----------------------------|-------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|------------------------|----------------------|-----------------------|
| | | | | Reserva Legal | Reserva para Investimentos | Perdas ou ganhos atuariais | Retorno sobre os ativos do plano | Efeito compartilhamento de riscos | Tributos Diferidos ORA | Total ORA | |
| SALDO EM 31.12.2023 | 385.944.063,32 | 525.048,00 | - | 11.603.894,78 | 146.286.753,22 | 109.458.171,00 | (4.839.117,00) | (85.811.583,00) | - | 18.807.471,00 | 563.167.230,32 |
| Lucro Líquido do Período | - | - | 121.612.672,25 | - | - | - | - | - | - | - | 121.612.672,25 |
| Aumento de Capital | 141.800,88 | (141.800,88) | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | - | 10.000.000,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | 10.000.000,00 |
| Ajustes Portus - PBP1 | - | - | - | - | - | 14.713.266,00 | 1.251.527,00 | - | - | - | 15.964.793,00 |
| Tributos Diferidos Portus -ORA | - | - | - | - | - | - | - | - | (137.692,63) | (137.692,63) | (137.692,63) |
| Transf Tributos Diferidos-ORA p/resultado | - | - | (137.692,63) | - | - | - | - | - | 137.692,63 | 137.692,63 | - |
| Constituição de Reservas | - | - | (92.624.671,96) | 6.073.748,98 | 86.550.922,98 | - | - | - | - | - | - |
| JCP a Pagar | - | - | (28.850.307,66) | - | - | - | - | - | - | - | (28.850.307,66) |
| SALDO EM 31/12/2024 | 386.085.864,20 | 10.383.247,12 | - | 17.677.643,76 | 232.837.676,20 | 124.171.437,00 | (3.587.590,00) | (85.811.583,00) | - | 34.772.264,00 | 681.756.695,28 |

As Notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
31/12/2024 - Em Reais

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|------------------------|------------------------|
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Lucro Líquido do Exercício | 121.612.672,25 | 117.395.251,96 |
| Despesas (Receitas) que não Afetam o caixa: | | |
| Depreciação e Amortização | 20.535.709,45 | 18.601.051,00 |
| Provisões Trabalhistas, Cíveis e Tributárias | 5.995.520,95 | 13.968.037,93 |
| Perdas com Créditos de Liq. Duvidosa | 9.032.608,90 | 14.267.656,82 |
| (Ganho)/Perda de Capital | - | 8.450,13 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ e CSLL) | 47.998.559,53 | 43.365.826,68 |
| Variações no Ativo | | |
| Contas a Receber | (11.494.711,32) | (22.843.920,06) |
| Variações de Estoque | (29.870,98) | (18.212,45) |
| Impostos e Contribuições a Recuperar | (30.664.799,82) | (52.536.274,41) |
| Outros Ativos Circulantes | (506.912,14) | 89.924,02 |
| Realizável a Longo Prazo | 673.190,47 | 1.428.422,96 |
| Direitos Contratuais de Arrendamentos | (164.611.332,30) | (28.082.297,73) |
| Variações no Passivo | | |
| Fornecedores | (3.526.479,52) | 617.459,00 |
| Obrigações Trabalhistas | (1.228.503,65) | 7.407.132,46 |
| Obrigações Fiscais e Previdenciárias | (10.451.799,80) | (37.068.985,22) |
| Benefício Pós Emprego | (17.639.152,82) | 4.630.805,29 |
| Outras Contas a Pagar | 549.058,91 | 5.423.868,74 |
| Outras Obrigações | 310.379,65 | 2.146.971,78 |
| Receitas Antecipadas | (1.764.140,84) | 4.642.331,44 |
| Receitas Diferidas | 168.734.791,78 | 33.578.980,98 |
| Outras Contas do Passivo não Circulante | (24.010.556,10) | (146.756,89) |
| DISPONIBILIDADES LIQ.GERADAS PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 109.514.232,60 | 126.875.724,43 |
| FLUXO DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | | |
| Aumento do Imobilizado e Intangível | (26.014.456,92) | (19.354.240,55) |
| DISPONIBILIDADES LIQ.APLICADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | (26.014.456,92) | (19.354.240,55) |
| FLUXO DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | |
| Dividendos / Juros S/ Capital Próprio Pagos | (27.779.393,99) | (20.835.906,23) |
| Adiantamento para futuro aumento de Capital-AFAC | 10.000.000,00 | - |
| DISPONIBILIDADES LIQ. GERADAS NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS | (17.779.393,99) | (20.835.906,23) |
| DISPONIBILIDADES GERADAS NO EXERCÍCIO | 65.720.381,69 | 86.685.577,65 |
| DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES | | |
| No Início do Exercício | 264.905.290,98 | 178.219.713,33 |
| No Fim do Exercício | 330.625.672,67 | 264.905.290,98 |
| Aumento (Redução) nas Disponibilidades | 65.720.381,69 | 86.685.577,65 |

As Notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
31/12/2024 – EM REAIS

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|-----------------------|-----------------------|
| VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR | | |
| 1) Receitas | 416.488.065,86 | 422.053.755,22 |
| 1.1) Faturamento Bruto | 178.415.843,22 | 197.757.409,93 |
| 1.2) Outras Receitas Operacionais | 235.733.859,64 | 228.344.241,43 |
| 1.3) Resultados Não Operacionais | 11.370.971,90 | 10.250.721,82 |
| 1.4) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | (9.032.608,90) | (14.298.617,96) |
| 2) Insumos Adquiridos de Terceiros | 48.406.904,22 | 78.271.053,64 |
| 2.1) Custos das Mercadorias e Serviços Vendidos | 28.474.801,21 | 34.556.662,14 |
| 2.2) Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e outros | 19.932.103,01 | 43.714.391,50 |
| 3) Valor Adicionado Bruto (1-2) | 368.081.161,64 | 343.782.701,58 |
| 4) Depreciação e Amortização | 20.535.709,43 | 18.601.051,00 |
| 5) Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4) | 347.545.452,21 | 325.181.650,58 |
| 6) Valor Adicionado Recebido em Transferência | 29.983.747,45 | 26.160.533,76 |
| 6.1) Receitas Financeiras | 29.983.747,45 | 26.160.533,76 |
| 7) Valor Adicionado a Distribuir (5+6) | 377.529.199,66 | 351.342.184,34 |
| 8) DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | | |
| 8.1) Pessoal | 130.424.223,00 | 115.291.353,92 |
| 8.1.1) Remuneração | 103.637.023,90 | 88.691.295,46 |
| 8.1.2) Benefícios | 20.605.356,27 | 21.612.844,33 |
| 8.1.3) FGTS | 6.181.842,83 | 4.987.214,13 |
| 8.2) Impostos, Taxas e Contribuições | 123.507.229,49 | 116.978.648,89 |
| 8.2.1) Federal | 108.393.021,49 | 101.769.666,89 |
| 8.2.2) Estadual | 402.371,73 | 323.321,73 |
| 8.2.3) Municipal | 14.711.836,27 | 14.885.660,27 |
| 8.2.4) Demais Impostos e Contribuições | - | - |
| 8.3) Remuneração de Capitais de Terceiros | 1.985.074,92 | 1.676.929,57 |
| 8.3.1) Juros | 1.985.074,92 | 1.676.929,57 |
| 8.4) Acionistas | 121.612.672,25 | 117.395.251,96 |
| 8.4.1) Lucros (Prejuízos) Retidos | 121.612.672,25 | 117.395.251,96 |
| Distribuição do Valor Adicionado | 377.529.199,66 | 351.342.184,34 |

As Notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ promoveu a revisão das normas e procedimentos das entidades exploradoras de Infraestrutura Portuária, instituindo o "Sistema de Contabilidade Aplicável ao Setor Portuário – SICRASP". O referido documento contém o Plano de Contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômico-financeiras. As orientações contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2018.

| Balanco Social Anual / 2024 | | | | | | |
|---|---|--|---|---|--|---|
| | 2024 Valor (Em reais) | | | 2023 Valor (Em reais) | | |
| 1 - Base de Cálculo | | | | | | |
| Receita Líquida (RL) | | 362.885.301 | | | 372.262.623 | |
| Resultado Operacional (RO) | | 148.825.136 | | | 143.222.323 | |
| Folha de Pagamento Bruta (FPB) | | 131.893.661 | | | 112.396.575 | |
| 2 - Indicadores Sociais Internos | Valor (R\$) | % sobre FPB | % sobre RL | Valor (R\$) | % sobre FPB | % sobre RL |
| Alimentação | 7.243.260,45 | 5,49% | 2,00% | 7.309.722 | 6,50% | 1,96% |
| Encargos Sociais Compulsórios | 28.932.914,28 | 21,94% | 7,97% | 25.024.847 | 22,26% | 6,72% |
| Previdência Privada | 6.895.540,17 | 5,23% | 1,90% | 5.419.400 | 4,82% | 1,46% |
| Saúde | 6.764.837,96 | 5,13% | 1,86% | 7.882.934 | 7,01% | 2,12% |
| Segurança e Saúde no Trabalho | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Educação | 618.914,91 | 0,47% | 0,17% | 718.263 | 0,64% | 0,19% |
| Cultura | | 0,00% | 0,00% | | 0,00% | 0,00% |
| Capacitação e Desenvolvimento Profissional | 1.501.169,35 | 1,14% | 0,41% | 994.781 | 0,89% | 0,27% |
| Creches ou Auxílio-creche | 103.002,92 | 0,08% | 0,03% | 133.990 | 0,12% | 0,04% |
| Participação nos Lucros ou Resultados | 7.212.576,92 | 5,47% | 1,99% | 6.944.849 | 6,18% | 1,87% |
| Outros | 2.021.488,85 | 1,53% | 0,56% | 2.049.222 | 1,82% | 0,55% |
| Total - Indicadores Sociais Internos | 61.293.705,81 | 46,47% | 16,89% | 56.478.008 | 50,25% | 15,17% |
| 3 - Indicadores Sociais Externos | Valor (R\$) | % sobre RO | % sobre RL | Valor (R\$) | % sobre RO | % sobre RL |
| Educação | 0 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Cultura | 0 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Saúde e Saneamento | 0 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Esporte | 0 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Combate à Fome e Segurança Alimentar | 0 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Outros | 0 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Total das Contribuições para a Sociedade | 0 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Tributos (excluídos encargos sociais) | 99.262.961,18 | 66,70% | 27,35% | 97.204.855 | 67,87% | 26,11% |
| Total - Indicadores Sociais Externos | 99.262.961,18 | 66,70% | 27,35% | 97.204.855 | 67,87% | 26,11% |
| 4 - Indicadores Ambientais | Valor (R\$) | % sobre RO | % sobre RL | Valor (R\$) | % sobre RO | % sobre RL |
| Investimentos relacionados com a Produção/ Operação da Empresa | 5.167.932 | 3,47% | 1,42% | 7.290.143 | 5,09% | 1,96% |
| Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos | 141.970 | 0,10% | 0,04% | 1.074.413 | 0,75% | 0,29% |
| Total dos Investimentos em Meio Ambiente | 5.309.902 | 3,57% | 1,46% | 8.364.556 | 5,84% | 2,25% |
| Quanto ao estabelecimento de "Metas Anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na Produção/ Operação e aumentar a eficácia na utilização de Recursos Naturais, a Empresa | () não possui metas (X) cumpre de 51 a 75% | | | () não possui metas (X) cumpre de 51 a 75% | | |
| | () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100% | | | () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100% | | |
| 5 - Indicadores do Corpo Funcional | | 2024 | | | 2023 | |
| Nº de Empregados(as) ao Final do Período | | 444 | | | 452 | |
| Nº de Admissões durante o Período | | 9 | | | 19 | |
| Nº de Empregados(as) Terceirizados(as) | | 105 | | | 118 | |
| Nº de Estagiários(as) | | 60 | | | 60 | |
| Nº de Empregados(as) acima de 45 anos | | 245 | | | 215 | |
| Nº de Mulheres que trabalham na Empresa | | 119 | | | 117 | |
| % de Cargos de Chefia ocupados por Mulheres | | 47,43% | | | 44,00% | |
| Nº de Negros(as) que Trabalham na Empresa | | 21 | | | 21 | |
| % de Cargos de Chefia ocupados por Negros(as) | | 3,85% | | | 3,00% | |
| Nº de Portadores(as) de Deficiência ou Necessidades Especiais | | 3 | | | 4 | |
| 6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial | | 2024 Valor (Em reais) | | | 2023 Valor (Em reais) | |
| Relação entre a Maior e a Menor Remuneração na Empresa | | 20,03 | | | 21,54 | |
| Número Total de Acidentes de Trabalho | | 3 | | | 4 | |
| Os Projetos Sociais e Ambientais desenvolvidos pela Empresa foram definidos por: | () Direção | () Direção e Gerências | (X) Todos(as) Empregados(as) | () Direção | () Direção e Gerências | (X) Todos(as) Empregados(as) |
| Os Padrões de Segurança e Salubridade no Ambiente de Trabalho foram definidos por: | (X) Direção e Gerências | () Todos(as) Empregados(as) | () Todos(as) + Cipa | (X) Direção e Gerências | () Todos(as) Empregados(as) | () Todos(as) + Cipa |
| Quanto à Liberdade Sindical, ao direito de Negociação Coletiva e à Representação Interna dos(as) Trabalhadores(as), a Empresa: | (X) Não se envolve | () Segue as Normas da OIT | () Incentiva e Segue a OIT | (X) Não se envolve | () Segue as Normas da OIT | () Incentiva e Segue a OIT |
| A Previdência Privada contempla: | () Direção | () Direção e Gerências | () Todos(as) Empregados(as) | () Direção | () Direção e Gerências | () Todos(as) Empregados(as) |
| A Participação dos Lucros ou Resultados contempla: | () Direção | () Direção e Gerências | (X) Todos(as) Empregados(as) | () Direção | () Direção e Gerências | (X) Todos(as) Empregados(as) |
| Na seleção dos Fornecedores, os mesmos Padrões Éticos e de Responsabilidade Social e Ambiental adotados pela Empresa: | () Não são considerados | () São sugeridos | (X) São exigidos | () Não são considerados | () São sugeridos | (X) São exigidos |
| Quanto à Participação de Empregados(as) em Programas de Trabalho Voluntário, a Empresa: | (X) Não se envolve | () Apóia | () Organiza e Incentiva | (X) Não se envolve | () Apóia | () Organiza e Incentiva |
| Número Total de Reclamações e Críticas de Consumidores(as): | na Empresa | 0 | na Justiça | na Empresa | 0 | na Justiça |
| % de Reclamações e Críticas Atendidas ou Solucionadas: | na Empresa | 100% | na Justiça | na Empresa | 100% | na Justiça |
| Valor Adicionado Total a Distribuir (em R\$): | | Em 2024..... 377.529.199,66 | | | Em 2023..... 351.342.184,34 | |
| Distribuição do Valor Adicionado (DVA): | | 33,30% Governo 7,90% Acionistas 25,50% Reserva | 32,82% Colaboradores(as) 0,48% Terceiros | | 35,15% Governo 6,71% Acionistas 20,22% Reserva | 37,49% Colaboradores(as) 0,43% Terceiros |
| 7 - Outras Informações | | | | | | |
| Esta Companhia não utiliza de mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, bem como não está envolvida com corrupção. Através de parcerias e convênios com a UFPA e empresas contribui para a geração de empregos indiretos. | | | | | | |

As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em Reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Docas do Pará – CDP, é uma Empresa Pública cuja criação foi autorizada pelo Decreto – Lei nº 155, de 10/02/1967, aprovada pelo Decreto nº 61.300 de 06/09/1967, vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações, Lei nº 6.404, de 15/12/1976, no que lhe for aplicável pela Lei nº 12.815, de 05/06/2013, e pelo Estatuto Jurídico das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais alterações, bem como por seu Estatuto Social, com sede e foro na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, com prazo de duração indeterminado.

A CDP tem por objeto social realizar em harmonia com os planos e programas do Ministério dos Portos e Aeroportos, por meio da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA, exercer as funções de Autoridade Portuária, e realizar a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Pará.

1.1. CONTINUIDADE OPERACIONAL

As demonstrações contábeis da CDP foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas operações.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Geral – NBC TG, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pelas Resoluções da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As informações contábeis as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 31 de Dezembro de 2024, tem sua divulgação autorizada pela Diretoria Executiva conforme reunião realizada em 25/02/2025.

A Administração da Companhia Docas do Pará – CDP apresenta o Relatório da Administração em Conjunto com o Relatório Integrado, conforme IN TCU 84/2020 – Decisão Normativa -TCU 187/2020.

Esta publicação do TCU traz orientação para elaboração do Relatório de Gestão pelas unidades prestadoras de contas a partir do exercício de 2020. A publicação contém explicações sobre as regras gerais de prestação de contas estabelecidas na IN 84/2020, e os princípios do Relatório Integrado e também sobre o conteúdo dos capítulos do Relatório de Gestão em relação à estrutura básica para este relatório, indicada na Decisão Normativa TCU 187/2020, de modo a auxiliar de forma mais direta a sua elaboração.

3. BASE DE PREPARAÇÃO E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

BASE DE PREPARAÇÃO: A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis.

APURAÇÃO DO RESULTADO: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO: As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, e moeda oficial do país, sem arredondamentos.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS: A classificação da categoria dos instrumentos financeiros depende da finalidade para o qual foram adquiridos ou contratados, e é determinada no reconhecimento inicial destes instrumentos financeiros:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: São ativos financeiros mantidos para negociação e são frequentemente negociados. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante.

Adiantamentos, Empréstimos e Recebíveis: São incluídos nessa classificação os ativos financeiros com recebimento fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes e demais contas a receber em caixa ou equivalente de caixa.

Contas a Receber: As contas a receber de clientes referem-se aos recebíveis do ativo circulante, sendo os valores faturados correspondentes ao preço da tarifa vigente na data da prestação dos serviços e, no caso de arrendamentos de áreas, pelos valores contratados. Estão incluídos nesta rubrica todos os serviços prestados e as receitas patrimoniais com arrendamentos até a data do encerramento do exercício, deduzidos das perdas estimadas para seu recebimento, com base na NBC TG 48. O prazo médio de recebimento das contas a receber é de 20 dias, prazo esse considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes das operações da Companhia. Uma perda estimada para recebimento, ou seja, para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não receber todos os valores devidos, considerando o histórico no recebimento desses créditos e no parecer jurídico da empresa, nos valores quando envolverem análise de processos judiciais.

Estoques: Os estoques da Companhia são avaliados pelo custo médio de aquisição, e contemplam materiais utilizados para consumo das atividades da Companhia (almoxarifado), e estão classificados no Ativo Circulante.

Receitas Diferidas: Os Contratos assinados pela Companhia envolvem montantes de outorgas que são apropriados ao resultado, em base linear, durante o período compreendido entre a data de assunção da área pelo arrendatário e a data de término do contrato de arrendamento.

Despesas Antecipadas: São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos.

Confissões de Dívidas: Reconhecidas pelo valor justo, no momento dos acordos, acrescidas de encargos e juros conforme previsão contratual.

Tributos Antecipados: Correspondem aos valores acumulados de saldos negativos de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; saldos credores de PIS e COFINS a serem utilizadas para futuras compensações, além das retenções tributárias de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS de clientes, e de aplicações financeiras ainda não aproveitadas.

Depósitos / Bloqueios Judiciais e Contratuais: Representam valores de bloqueios judiciais e valores de depósitos dados em garantia em processos cíveis e trabalhistas, inclusive depósitos recursais, nos quais a Companhia é reclamada ou ré.

Imobilizado: Os Ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição de bens ou Custos de Construções, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condição de operação, deduzido da depreciação acumulada, e perdas por redução ao valor recuperável de ativos "impairment" A depreciação é calculada pelo método linear, com as taxas determinadas pela Receita Federal do Brasil para fins fiscais e de vida útil estimada com base em laudos internos, para atender a societária.

Intangível: O ativo intangível representa direitos de uso de softwares adquiridos e/ou desenvolvidos e são amortizados de acordo com a NBC TG 04.

Arrendamentos Operacionais: A Companhia possui em vigência diversos contratos de arrendamento operacional de acordo com a NBC TG 06, na qualidade de concessionário, decorrente de outorgas pela exploração de áreas portuárias, sendo efetuado pelos arrendatários pagamentos à Companhia em parcelas mensais, e como arrendatária de bens móveis. Todos os contratos em que figure como concessionário possuem cláusulas de Movimentação Mínima Contratual (MMC), tendo essas cláusulas como parâmetro, de acordo a logística de cada terminal.

Provisões, Ativos e Passivos Contingentes: As provisões para contingências foram reconhecidas com base nas estimativas de perdas prováveis, em ações nas quais a Companhia é parte reclamada ou ré de acordo com o grau de risco mensurado através de relatórios emitidos pela gerência jurídica da Companhia. O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios da NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A classificação de risco se dá em:

- Prováveis, para as quais são constituídas provisões na contabilidade;
- Possíveis, divulgadas em notas explicativas, sem que sejam provisionadas; e
- Remotas, cujas ações ou risco não requerem provisão ou divulgação em notas explicativas, sendo acompanhadas pela administração da Companhia.

Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – Correntes e Diferidos

Impostos Correntes – A provisão ou receita para imposto de renda e contribuição social foi efetuada com base no lucro tributável ou prejuízo / base fiscal do exercício. O valor do imposto de renda foi constituído com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%. O valor da contribuição social sobre o lucro foi calculado à alíquota de 9% do lucro tributável.

Impostos Diferidos: São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis de acordo com o regime de competência, em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. A constituição do imposto de renda diferido está em conformidade com o disposto NBC TG 32.

Juros sobre Capital Próprio – JCP, Dividendos e Participações aos Empregados: Está previsto no Estatuto da Companhia e na legislação societária que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado sejam distribuídos como dividendos, sendo que, a participação dos empregados não poderá exceder a 25% dos dividendos. A Companhia resolveu pagar JCP, aprovados pelo CONSAD, até o limite dos dividendos mínimos obrigatórios. Os JCP serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsão na Lei nº 9.249/95.

Receitas e Despesas Financeiras: As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os rendimentos de aplicações financeiras e juros auferidos sobre as contas a receber liquidado após o vencimento, e de créditos tributários, atualizados pela Selic. As despesas financeiras são representadas pelos juros incorridos de outras transações financeiras, parcelamentos e débitos fiscais.

Capital Social: É representado por 2.047.786.413 ações, sem valor nominal, sendo 1.023.893.207 ações ordinárias e 1.023.893.206 ações preferenciais no valor de R\$ 386.085.864,20.

As ações preferenciais, sem direito a voto são inconvertíveis em ordinárias, porém asseguram a seus detentores prioridade no caso de reembolso de capital e na distribuição dos dividendos obrigatórios.

Demonstrações do Fluxo de Caixa: A Companhia elaborou a Demonstração de Fluxo de Caixa pelo método indireto, conforme previsto na NBC TG 3.

Demonstrações do Valor Adicionado: Esta demonstração evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o período que é apresentado, conforme estabelecido na NBC TG 9.

Plano de Benefício Previdenciários Portus 1 – BBP1: Há empregados ativos e inativos da Companhia que são beneficiários do Plano de Benefício Previdenciários Portus 1 – BBP1, classificado como benefício definido, nos termos da NBC TG 33, sendo esta CDP participante deste plano. Este plano encontra-se sob

intervenção da Previc, em razão do seu déficit atuarial. Foi apresentada proposta de equacionamento do plano pelo Instituto Portus, em 2019, no valor de R\$ 48.969.654,93, para ser liquidado em 15 anos, com juros de 4,81% ao ano, mais correção monetária, o qual foi aprovado pela Companhia em 2020. Os impactos deste acordo foram reconhecidos nas demonstrações contábeis de 2019, e atualizadas para este exercício. Esse plano de benefício encontra-se deficitário, e deste modo a Companhia reconheceu o déficit atuarial, mediante laudos de consultoria externa.

Cobertura de Seguros: A Companhia mantém através do Contrato nº 16/2020, Apólice de Seguros AIG SEGUROS BRASIL S/A, referente a Seguro de Responsabilidade Civil de Operador Portuário de responsabilidade da Companhia Docas do Pará. PORTO SEGURO, através do Contrato nº 37/2022, e apólice de nº 0118.10.15.307-7, referente a cobertura de seguro predial do para o prédio Sede e anexo. Além disso, mantém seguro de perdas e danos a esta CDP e a terceiros, por perdas e danos que der causa, pela cobertura de riscos de acidente de trabalho de seus empregados e diretores, prepostos ou subordinados, bem como quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas a legislação ambiental, tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, decorrentes da formalização e execução do presente contrato. (contratos 33/2019 e 24/2020).

CNPJ Matriz: O CNPJ extensão 0001, englobava a matriz como o Porto Organizado de Belém. Para melhor operacionalização no sistema ERP, geração de relatórios e apropriação de custos, a sede (matriz) foi segregada do porto organizado e, em razão disso, foi atribuído o número de CNPJ 04.933.552/0013-47.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

4.1. Caixa e equivalente de caixa:

Representam numerário em espécie, saldos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com baixo risco de mudança de valor, e de alta liquidez. A rentabilidade da aplicação é diária, e os resgates ocorrem de acordo com a necessidade da Companhia, não apresentando aplicações de Longo Prazo.

| Caixa e Equivalente de Caixa | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Caixa | 3.216,30 | 3.646,77 |
| Bancos Conta Movimento | 4.049.938,55 | 3.854.774,79 |
| Aplicações de Liquidez Imediata | 326.572.517,82 | 261.046.869,42 |
| Total | 330.625.672,67 | 264.905.290,98 |

4.2. Aplicações Financeiras:

As aplicações financeiras estão representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa, na elaboração do fluxo de caixa, essas aplicações foram consideradas como equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata e por estarem sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, as quais são registradas pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Estes saldos não excedem o seu valor de mercado ou de realização, não necessitando de ajustes de perdas. A Companhia considera que as políticas de aplicação financeira são de curto prazo e não são consideradas atividades de investimento, sendo designadas as aplicações como ativos mantidos para negociação.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES - LÍQUIDAS

As contas a receber de clientes são demonstradas por Contas a Receber Operacional, e Contas a Receber patrimonial:

| Contas a Receber de Clientes | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Contas a Receber Operacional | 111.480.074,57 | 110.467.936,23 |
| Contas a Receber Patrimonial | 37.117.863,41 | 26.635.290,43 |
| Valor Total Bruto | 148.597.937,98 | 137.103.226,66 |
| (-) PECLD - Fiscal | (19.688.249,47) | (17.317.466,01) |
| (-) PECLD – Societária | (19.440.194,40) | (12.992.610,56) |
| Valor Total Líquido | 109.469.494,11 | 106.793.150,09 |

| Demonstrativo | Saldo em 31/12/2023 | Adições | Reversões | Saldo em 31/12/2024 |
|--------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|
| PECLD - Fiscal | 17.317.466,01 | 2.820.477,72 | (449.694,26) | 19.688.249,47 |
| PECLD – Societária | 12.992.610,56 | 9.902.961,61 | (3.455.377,77) | 19.440.194,40 |
| Total | 30.310.076,57 | 12.723.439,33 | (3.905.072,03) | 39.128.443,87 |

As contas a receber de clientes referem-se aos recebíveis do ativo circulante, e o valor faturado corresponde ao preço da tarifa vigente no dia da prestação do serviço ou, no caso de arrendamento, ao valor do contrato. De acordo com a NBC TG 48, esta rubrica inclui a equivalência patrimonial de todos os serviços prestados e locações no final do exercício, deduzidas as perdas estimadas por ela recebidas.

O prazo médio de recebimento dos recebíveis é de 20 dias, período considerado como parte das condições normais de negócios inerentes ao funcionamento da Companhia. As perdas de cobrança estimadas, ou seja, reduções nos valores recuperáveis são efetuadas quando há evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os pagamentos devidos, levando em consideração o histórico de recebimento desses credores e o parecer jurídico da Companhia quando se trata de análise judicial.

A Companhia provisiona as perdas no recebimento de créditos na contabilidade, considerando o disposto na Lei fiscal nº 9.430/96, e para os títulos que não atendem às disposições desta Lei, o reconhecimento é estimado com base na Legislação Societária nº 6.404/76.

A seguir demonstramos os saldos das contas a receber, conforme ordem cronológica de vencimento:

| | Aging List 31/12/2024 | | |
|----------------------------------|-----------------------|-----------------------|--|
| Descrição | Qtde | Saldo em R\$ | |
| Vencidos há mais de 730 dias | 1843 | 83.785.026,82 | |
| Vencidos há mais de 365 dias | 1239 | 27.308.970,49 | |
| Vencidos entre 181 e 365 dias | 729 | 4.573.611,24 | |
| Vencidos entre 151 e 180 dias | 140 | 1.599.093,71 | |
| Vencidos entre 121 e 150 dias | 192 | 1.022.807,31 | |
| Vencidos entre 91 e 120 dias | 141 | 688.384,46 | |
| Vencidos entre 61 e 90 dias | 194 | 1.327.099,87 | |
| Vencidos entre 31 e 60 dias | 170 | 526.143,35 | |
| Vencidos entre 01 e 30 dias | 217 | 1.488.650,20 | |
| A vencer | 565 | 26.278.150,53 | |
| Total de Contas a Receber | 5430 | 148.597.937,98 | |

Os valores em aberto com maior representatividade no Contas a Receber estão relacionados com a cobrança das tarifas de acesso aquaviário da Tabela I, que são faturadas para os Terminais de Uso Privativo – TUP, destacando as empresas Imerys Rio Capim S/A, Hidrovias do Brasil e Pará Pigmentos, que se encontram em trâmite judicial.

No final do exercício de 2024, os valores em aberto para esta modalidade representaram a quantia de R\$ 73.077.932,62 (Setenta e Três Milhões, Setenta e Sete Mil, Novecentos e Trinta e Dois Reais e Sessenta e Dois centavos), o equivalente de 49,18% do valor global dos Contas a Receber.

Os valores em comento tratam de ações movidas por empresa que questionam a incidência ou não de determinadas tarifas portuárias, e neste sentido a Companhia entende, baseada em pareceres jurídicos internos, e decisões judiciais que as tarifas são devidas por estas empresas e dessa forma ser incabível qualquer reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

De acordo com a NOTA Nº 08/2025/SUCONT-CDP/GEJURI-CDP/DIRPRE-CDP, o Setor Jurídico da Companhia avalia que as empresas em questão **não estão em situação de inadimplência**, haja vista que as cobranças estão suspensas por determinação judicial, mediante apresentação de caução nos processos judiciais, até decisão final sobre as causas.

6. ESTOQUES

Os valores registrados, pelos seus valores de custo, e correspondem a materiais para consumo da Companhia, assim distribuídos:

| Estoques | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|----------------------|------------|------------|
| Materiais de Consumo | 117.203,57 | 87.332,59 |

7. TRIBUTOS A COMPENSAR E RECUPERAR

A Companhia possui valores de natureza tributária, passíveis de recuperação, seja por meio de compensação, ressarcimento ou dedução. Esses créditos tributários incluem impostos retidos sobre faturas emitidas para outras sociedades de economia mista federais, retenções na fonte de Imposto de Renda sobre o resgate de aplicações financeiras e depósitos judiciais, além de saldos negativos de IRPJ e CSLL.

| Tributos a Compensar e Recuperar | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|----------------------------------|----------------------|----------------------|
| Outros Tributos pagos a Maior | 689.326,10 | 689.326,10 |
| Outros Tributos a Recuperar | 854.131,21 | 854.131,21 |
| Saldo Negativo IRPJ | 7.235.890,15 | 6.534.487,24 |
| Saldo Negativo CSLL | 2.345.558,88 | 2.265.863,22 |
| Total | 11.124.906,34 | 10.343.807,77 |

8. DESPESAS ANTECIPADAS E OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Nestas contas são registrados valores referentes a adiantamentos com pequenos gastos de despesas, adiantamento a fornecedor, adiantamentos e benefícios a empregados, bem como outros valores a receber.

| 8.1- Despesas Antecipadas | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---------------------|---------------------|
| Prêmios de Seguro a Apropriar | 23.333,36 | 23.333,35 |
| Total | 23.333,36 | 23.333,35 |
| 8.2- Outros ativos circulantes | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Adiantamento para pequenos Gastos | - | 4.455,01 |
| Adiantamento a fornecedores | 46.869,66 | 15.285,51 |
| Empréstimo de Férias | 1.067.593,98 | 767.514,79 |
| Antecipação de Férias | 1.283.808,70 | 1.323.818,26 |
| Insuficiência de saldo em folha | 417.376,11 | 320.432,36 |
| Adiantamento Salário / A recuperar | 71.224,60 | 71.724,60 |
| Vale Alimentação | - | 3.960,00 |
| Demais valores a receber | 13.474,36 | 16.624,11 |
| Servidores cedidos a outros Órgãos | 1.961.571,89 | 1.831.192,53 |
| (-) Perdas estimadas no Rec. de Crédito | (1.907.999,26) | (1.693.757,66) |
| Total | 2.953.920,04 | 2.661.249,51 |

9. PARTES RELACIONADAS

A Companhia Docas do Pará possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, divulgada em sua página eletrônica. Esta política tem por objetivo estabelecer regras e consolidar os procedimentos a serem observados pela Companhia quando da ocorrência de transações entre partes relacionadas, assegurando a competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade nas transações. A política é aplicável a todos os membros dos órgãos estatutários e empregados da CDP, independente de cargos ou funções exercidas, respeitando as demais normas internas, assim como legislações nacionais e internacionais aplicáveis.

Dentre as transações realizadas pela CDP com suas partes relacionadas, destacamos os valores decorrentes de cessão de funcionários a outros Órgãos, conforme quadro abaixo:

| Partes Relacionadas | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Ministério da Ciência e Tecnologia | 157.307,44 | 157.307,44 |
| Ministério da Infraestrutura | 534.525,43 | 534.525,43 |
| Ministério do Transporte -DNIT | 75,69 | 43.610,49 |
| Ministério da Economia | 76.470,77 | 43.518,63 |
| Secretaria dos Portos -SNPTA | 32.189,84 | 32.189,84 |
| Sup. Estadual da Polícia Federal- DPF | 225.097,05 | 51.372,05 |
| Cia Docas do Rio de Janeiro -CDRJ | 0,00 | 32.762,98 |
| Santos Port Authority (SPA) | 44.086,75 | 44.086,75 |
| Secretaria do Estado Educação DF | 15.769,41 | 15.769,41 |
| Dataprev | 267.755,68 | 267.755,68 |
| (-) Provisão de Perdas em Crédito | (1.248.068,91) | (1.054.502,69) |
| Total Partes Relacionadas | 105.209,15 | 168.396,01 |
| Partes não Relacionadas | | |
| ALEPA- Assembleia Legislativa -PA | 608.293,83 | 608.293,83 |
| (-) Provisão de Perdas em Crédito | (608.293,83) | (608.293,83) |
| Total | 105.209,15 | 168.396,01 |

10. DIREITOS CONTRATUAIS DE ARRENDAMENTOS -OUTORGAS E VPL POSITIVO

Os valores registrados referem-se, via de regra, a montantes a receber pela outorga dos contratos de arrendamento. Além disso, para o exercício 2024, soma-se a este montante das outorgas o Valor Presente Líquido (VPL) positivo decorrente da prorrogação do Contrato de Arrendamento firmado com a empresa Cargill Agrícola S/A. Nesse sentido, em 2024, a Companhia Docas do Pará (CDP) e a Cargill Agrícola S/A assinaram o 3º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 25/99, prorrogando sua vigência por mais 25 anos. Nesse contexto, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato pelos seus 25 anos de prorrogação, resultou na equação econômico-financeira da prorrogação um Valor Presente Líquido (VPL) positivo no valor de R\$ 97.336.236,17. Deste modo, o VPL positivo supramencionado poderia ser diluído ao longo do contrato, dentro das outorgas fixas e variáveis, entretanto, foi deliberado entre Poder Concedente, CDP e Arrendatária a recepção antecipada desse montante, e, assim consignado no terceiro termo aditivo a obrigação da arrendatária Cargill Agrícola S.A efetuar, até junho/2025, o pagamento para a CDP do valor do VPL positivo devidamente atualizado pelo IPCA com data base de dezembro/2014 até a respectiva de pagamento.

Destaca-se ainda, que em 2024, foi faturado a segunda parcela do valor de outorga, da empresa Transpetro S/A BEL. no montante de R\$ 6.120.631,32, referente ao contrato firmado;

| Arrendatários | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---------------------------------------|-----------------------|----------------------|
| Fasfrete Tecnologia e Logística LTDA. | 3.916.595,16 | 4.644.118,80 |
| Transpetro S/A BEL 09 | 18.540.636,34 | 23.438.178,93 |
| Cargill Agrícola S/A | 170.236.398,53 | - |
| Total | 192.693.630,03 | 28.082.297,73 |
| 10.1- Ativo Circulante | 177.483.834,45 | 6.186.568,80 |
| 10.2- Ativo No Circulante | 15.209.795,58 | 21.895.728,93 |

11. TRIBUTOS DIFERIDOS

Atendendo ao disposto na NBC TG 32, a Companhia mantém saldos de IRPJ e CSLL diferidos decorrentes de diferenças temporárias, reconhecimento de provisões trabalhistas e cíveis, déficit atuarial da previdência privada (Portus), e diferenças de taxas de depreciação com base na vida útil, que para algumas espécies de bens, são diferentes das permitidas pela Receita Federal do Brasil, previstas na IN RFB nº 1700/17.

A Companhia entende que haverá lucros tributáveis nos exercícios subsequentes para aproveitamento desses créditos. A seguir, mapa de conciliação dos valores:

| ATIVO DIFERIDO | 31/12/2023 | Adições | Baixas | 31/12/2024 |
|---|----------------------|---------------------|------------------------|----------------------|
| Diferenças Temporárias - IRPJ -25% | 30.896.212,93 | 5.603.647,92 | (11.051.861,25) | 25.447.999,60 |
| Provisões/reversões -Base de Cálculo: R\$ 26.337.569,36 | - | 4.342.475,60 | (10.926.867,94) | - |
| Diferença temporária- Ajustes Portus | - | - | (124.993,31) | - |
| Diferença Ajuste Depreciação - Vida Econômica- Base de Cálculo - R\$ 5.044.689,27 | - | 1.261.172,32 | - | - |
| Diferenças Temporárias - CSLL -9% | 11.117.982,33 | 2.017.313,25 | (3.978.670,04) | 9.156.625,54 |
| Provisões -Base de Cálculo: R\$ 26.337.569,36 | - | 1.563.291,22 | (3.933.672,45) | - |
| Diferença temporária- Ajustes Portus | - | - | (44.997,59) | - |
| Diferença Ajuste Depreciação - Vida Econômica- Base de Cálculo - R\$ 5.044.689,27 | - | 454.022,03 | - | - |
| Total | 42.014.195,26 | 7.620.961,17 | (15.030.531,29) | 34.604.625,14 |

12. DEPÓSITOS RECURSAIS E BLOQUEIOS JUDICIAIS- CÍVEIS E TRABALHISTAS

Representam ativos restritos da Companhia que estão depositados e mantidos em juízo até a solução dos respectivos litígios e se referem a processos trabalhista e cível. Estes valores foram corrigidos de acordo com os índices oficiais e reconhecidos como receita financeira no período.

| Depósito /Bloqueios Judiciais | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--------------------------------------|---------------------|----------------------|
| Cível e Trabalhista- Banco do Brasil | 6.157.954,43 | 8.127.694,08 |
| Cível e Trabalhista- Caixa Econômica | 3.764.118,77 | 4.085.286,37 |
| Total | 9.922.073,20 | 12.212.980,45 |

A seguir demonstrativo do Ativo Imobilizado:

| | SALDO 31/12/2023 | ADIÇÕES | BAIXAS | TRANSFERÊNCIAS | PERDA VALOR REC. | SALDO 31/12/2024 |
|---------------------------------|-----------------------|----------------------|----------|----------------|------------------|-----------------------|
| INFRAESTRUTURA MARÍTIMA | 34.749.499,78 | 450.455,00 | - | 4.441.625,20 | - | 39.641.579,98 |
| INFRAESTRUTURA DE ACOSTAGEM | 288.236.863,27 | - | - | - | - | 288.236.863,27 |
| INFRAESTRUTURA TERRESTRE | 89.683.162,78 | 430.700,00 | - | 21.088,65 | - | 90.134.951,43 |
| ARMAZENAGEM | 15.672.852,24 | 2.551.960,00 | - | - | - | 18.224.812,24 |
| EQUIPAMENTOS | 28.682.099,95 | 1.043.710,00 | - | - | - | 29.725.809,95 |
| TERRENO | 1.328.240,27 | - | - | - | - | 1.328.240,27 |
| EDIFICAÇÕES E BENFEITORIAS | 83.668.017,89 | 9.265.979,77 | - | 3.466.292,15 | - | 96.400.289,81 |
| INSTALAÇÕES | 45.281.893,41 | 63.883,30 | - | - | - | 45.345.776,71 |
| MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIP. | 15.441.928,65 | 760.565,50 | - | - | - | 16.202.494,15 |
| EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA | 6.611.896,12 | 98.461,00 | - | - | - | 6.710.357,12 |
| SISTEMA APLICATIVO (SOFTWARE) | 1.036.731,43 | - | - | - | - | 1.036.731,43 |
| MÓVEIS E UTENSÍLIOS | 3.873.018,47 | 9.894,03 | - | - | - | 3.882.912,50 |
| VEÍCULOS | 136.760,32 | - | - | - | - | 136.760,32 |
| IMPAIRMENT - BENS EM OPERAÇÃO | (1.312.100,00) | - | - | - | - | (1.312.100,00) |
| IMPAIRMENT - BENS ADMINISTRAÇÃO | (592.003,10) | - | - | - | - | (592.003,10) |
| IMOBILIZADO EM ANDAMENTO | 52.184.875,72 | 11.338.848,30 | - | (7.929.006,00) | - | 55.594.718,02 |
| TOTAIS | 664.683.737,20 | 26.014.456,90 | - | - | - | 690.698.194,10 |

| | DEPRECIAÇÃO | | | SALDO CONTÁBIL | | |
|---------------------------------|-------------------------|------------------------|---------------------|-------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | SALDO 31/12/2023 | ADIÇÕES | EXCLUSÕES | Saldo 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 |
| INFRAESTRUTURA MARÍTIMA | (18.982.343,38) | (1.021.018,43) | 36.572,88 | (19.966.788,93) | 15.767.156,40 | 19.674.791,05 |
| INFRAESTRUTURA DE ACOSTAGEM | (157.310.533,65) | (10.030.493,16) | 3.279.886,56 | (164.061.140,25) | 130.926.329,62 | 124.175.723,02 |
| INFRAESTRUTURA TERRESTRE | (37.282.509,63) | (7.846.899,27) | 1.511.059,92 | (43.618.348,98) | 52.400.653,15 | 46.516.602,45 |
| ARMAZENAGEM | (7.633.225,51) | (620.351,77) | 185.481,55 | (8.068.095,73) | 8.039.626,73 | 10.156.716,51 |
| EQUIPAMENTOS | (15.434.806,75) | (853.929,57) | - | (16.288.736,32) | 13.247.293,20 | 13.437.073,63 |
| TERRENOS | - | - | - | - | 1.328.240,27 | 1.328.240,27 |
| EDIFICAÇÕES E BENFEITORIAS | (40.951.005,61) | (2.292.199,96) | 452.568,88 | (42.790.636,69) | 42.717.012,28 | 53.609.653,12 |
| INSTALAÇÕES | (10.480.994,86) | (1.148.366,85) | - | (11.629.361,71) | 34.800.898,55 | 33.716.415,00 |
| MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIP. | (5.144.280,93) | (1.239.985,44) | - | (6.384.266,37) | 10.297.647,72 | 9.818.227,78 |
| EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA | (5.765.969,11) | (307.771,94) | - | (6.073.741,05) | 845.927,01 | 636.616,07 |
| SISTEMA APLICATIVO (SOFTWARE) | (555.853,25) | - | - | (555.853,25) | 480.878,18 | 480.878,18 |
| MÓVEIS E UTENSÍLIOS | (2.972.759,46) | (195.816,31) | - | (3.168.575,77) | 900.259,01 | 714.336,73 |
| VEÍCULOS | (108.181,80) | (8.599,92) | - | (116.781,72) | 28.578,52 | 19.978,60 |
| IMPAIRMENT - BENS EM OPERAÇÃO | - | - | - | - | (1.312.100,00) | (1.312.100,00) |
| IMPAIRMENT - BENS ADMINISTRAÇÃO | - | - | - | - | (592.003,10) | (592.003,10) |
| IMOBILIZADO EM ANDAMENTO | - | - | - | - | 52.184.875,72 | 55.594.718,02 |
| TOTAIS | (302.622.463,94) | (25.565.432,62) | 5.465.569,79 | (322.722.326,77) | 362.061.273,26 | 367.975.867,33 |

16. INTANGÍVEL

Refere-se à licença de softwares adquiridos, destinados à manutenção da atividade da Companhia e deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada.

| INTANGÍVEL | 31/12/2023 | Adições | Exclusões | Transferências | Perda Vir. Recup. | 31/12/2024 |
|-------------------------------|-------------------|----------------|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| SISTEMA APLICATIVO E SOFTWARE | 10.419.203,22 | - | - | - | - | 10.419.203,22 |
| Saldo Contábil | | | | | | |
| AMORTIZAÇÃO | 31/12/2023 | Adições | Exclusões | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 |
| SISTEMA APLICATIVO E SOFTWARE | (1.577.897,77) | (435.846,60) | - | (2.013.744,37) | 8.841.305,45 | 8.405.458,85 |

17. FORNECEDORES

A conta de fornecedores compreende os saldos a pagar dos fornecedores utilizados para operações portuárias como: aquisição de peças e equipamentos, material de consumo, serviços em geral, manutenção, bem como na prestação de serviços diversos.

| Fornecedores (PC) | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---------------------|---------------------|
| Fornecedor de Materiais | 228.191,45 | 584.291,27 |
| Fornecedor de Serviços | 4.008.902,98 | 7.180.181,23 |
| Prestador Serviços Autônomo/Conselheiro | 36.066,69 | 35.168,14 |
| Total | 4.273.161,12 | 7.799.640,64 |

18. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Os valores representam os registros das obrigações trabalhistas, salários, rescisões, e de férias e seus respectivos encargos os quais foram calculados em função dos direitos adquiridos até a data do balanço.

| Obrigações Trabalhistas a Pagar | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|----------------------|----------------------|
| Salários e Remunerações a pagar | 67.320,74 | 119.598,14 |
| PLR a pagar | 7.330.063,86 | 7.021.285,86 |
| Férias a Pagar | 12.779.915,75 | 11.611.694,48 |
| Rescisões a pagar | 51.762,29 | 44.907,59 |
| Provisão ACT -Acordo Coletivo de Trabalho | 1.411.172,90 | 4.071.253,12 |
| Total | 21.640.235,54 | 22.868.739,19 |

19. OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

As obrigações fiscais e previdenciárias estão demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e atualizações, quando aplicáveis, incorridos até a data do balanço.

No 2º trimestre de 2024, a Companhia Docas do Pará efetuou a baixa dos valores registrados como encargos INSS/SINDIQUAPOR - Realinhamento da Guarda Portuária no período de 2010 a 2014, no valor de R\$ 2.280.468,80, tendo em vista que não há mais valores a recolher

13. RECURSOS A RECEBER DA UNIÃO- CONVÊNIOS

Representam direitos recebíveis de saldo de convênio com Administração Hidroviárias de exercícios passados, reembolsos de despesas de salário com servidores cedidos a outros órgãos.

| Recursos a Receber da União | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|----------------------|----------------------|
| Convênio 001/95 | 453.023,78 | 453.023,78 |
| Convênio 003/90 | 8.867.350,73 | 8.867.350,73 |
| Juros /Atualização s/ saldo e glosas (AHIMOR) | 202.678,85 | 202.678,85 |
| AHIMOR/AHITAR - Reembolso Custeio/Convênio | 690.686,02 | 690.686,02 |
| Subtotal | 10.213.739,38 | 10.213.739,38 |
| (-) Perdas Estimadas na rec. de Crédito -Societário | (10.213.739,38) | (10.213.739,38) |
| Total | - | - |

14. INVESTIMENTOS

Compreendem as participações permanentes em outras sociedades e não se destinem à manutenção da atividade da Companhia. São valores oriundos de registro de incentivos fiscais, outros investimentos em participação societária de outras sociedades:

| INVESTIMENTOS | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|-------------------|-------------------|
| Incentivos Fiscais | 9.449,03 | 9.449,03 |
| Diferença CM BTNF/IPC | 9.495,27 | 9.495,27 |
| Participações em Outras Sociedades | 114.847,97 | 114.847,97 |
| Direto Uso Linha Telefônica TELEGOIAS / TELEMAPA | 5.787,14 | 5.787,14 |
| Recursos Bloqueados BASA | 691.828,58 | 691.828,58 |
| (-) Provisão de Perdas em Investimento | (691.828,58) | (691.828,58) |
| Total | 139.579,41 | 139.579,41 |

15. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e de impairment.

A depreciação é calculada segundo o método linear. Em 2024 a Companhia realizou estudos de vida útil nos termos da NBC TG 27, e utilizou estas taxas para fins de depreciação, com controle fiscal, atendendo assim a legislação societária e fiscal. O controle está sendo realizado em contas específicas. As taxas aplicáveis foram:

| Item | Vida útil - anos | Taxa de depreciação anual |
|-----------------------------|------------------|---------------------------|
| Dragagem | 50 | 2% |
| Berços e Cais | 50 | 2% |
| Sinalização | 5 | 20% |
| Pátios e pavimentações | 5 a 25 | 4% a 20% |
| Edificações | 50 | 2% |
| Instalações | 10 | 10% |
| Equipamentos de Informática | 5 | 20% |
| Software | 5 | 20% |

A Companhia realizou, com data base de 31 de dezembro de 2024, o teste de impairment (teste de recuperabilidade), um procedimento contábil utilizado para avaliar se um ativo de uma empresa perdeu valor e precisa ser ajustado no balanço patrimonial.

Essa avaliação segue ao disposto na Lei nº 6.404/76, e instruídas pelas NBC TG 01, 04, 27 e 46, e deve ser atendida por todas as empresas que adotam o conjunto completo de normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A CDP, por seu porte e faturamento, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016, está obrigada ao conjunto completo.

O trabalho inicialmente se baseou na análise da capacidade dos bens da Companhia de serem classificados como geradores de caixa independentes, avaliados se cada ativo individualmente gera retorno financeiro para a empresa. Caso contrário, foi verificada a necessidade de agrupá-los em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), definidas como o menor conjunto de ativos interdependentes capazes de gerar receita para a Companhia.

Os bens foram separados por portos ativos sendo considerado cada porto uma UGC, e a sede, como bens corporativos.

Mantendo-se, deste modo, as seguintes unidades geradoras de caixa:

| |
|---|
| Unidade Geradora de Caixa - Porto Vila do Conde |
| Unidade Geradora de Caixa - Miramar |
| Unidade Geradora de Caixa - Santarém |
| Unidade Geradora de Caixa - Itaituba |
| Unidade Geradora de Caixa - Outeiro |
| Unidade Geradora de Caixa - Belém |
| Unidade Geradora de Caixa - Altamira |

Como ativos corporativos, temos:

| |
|--------------------------|
| Ativo Corporativo - Sede |
|--------------------------|

Para as Unidades Geradoras de Caixas - UGC superavitárias foi utilizado o método de uso. Para os deficitários, utilizado o método de valor justo, previsto na NBC TG 46.

O estudo foi realizado internamente pela Comissão de Impairment, conforme a Resolução DIRPRE nº 324/2024, e chegou-se a conclusão de que não há ajuste para Redução ao Valor Recuperável de Ativos para nenhuma unidade.

(Processo SEI nº 50901.006039/2024-31). O valor da baixa foi contabilizado em Outras receitas operacionais. (vide NE-33).

| Obrigações Fiscais e Previdenciárias | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--------------------------------------|---------------------|----------------------|
| INSS a Pagar | 2.475.318,45 | 2.244.669,30 |
| FGTS | 919.474,37 | 866.260,08 |
| Portus Folha/Patronal | 54.889,34 | 46.852,73 |
| IRRF Empregados e Prestadores | 2.452.098,17 | 2.045.540,34 |
| COFINS S/Faturamento | 2.813.539,14 | 2.560.594,76 |
| PIS S/ Faturamento | 603.305,78 | 550.600,26 |
| Impostos Retidos- Lei 10.883/03 | 291.407,69 | 217.330,41 |
| INSS - Retido na Fonte | 118.477,77 | 175.931,27 |
| ISS S/ Faturamento | 120.633,86 | 112.285,78 |
| ISS Retido na Fonte | 147.800,69 | 120.942,29 |
| Encargos INSS Sindiguapor | - | 2.280.468,80 |
| Encargos FGTS Sindiguapor | - | 2.005,02 |
| Total | 9.996.945,26 | 11.223.481,04 |

20. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGOS -PORTUS

O Plano de Benefícios PORTUS 1, também denominado BPP1, é um plano previdenciário complementar de aposentadorias e pensões, assemelhadas as do Regime Geral de Previdência Social, estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD), destinado às pessoas físicas vinculadas às Patrocinadoras do Plano que permanecem inscritas no plano, na forma da legislação em vigor e nos termos do Regulamento do Plano, do Estatuto do Instituto e do Convênio de Adesão. Está fechado para novas adesões desde maio/2010.

| Benefícios Pós Emprego- Portus | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|-------------------------------------|---------------------|---------------------|
| 20.1 - Passivo Circulante | | |
| Portus (Plano de Equacionamento) | 4.916.507,30 | 4.689.492,48 |
| (-) Portus Equacionamento- AVP | (1.306.421,67) | (1.410.047,96) |
| Subtotal | 3.610.085,63 | 3.279.444,52 |
| 20.2- Passivo não circulante | | |
| Portus (Plano de Equacionamento) | 43.228.791,47 | 45.835.03 |

| Patrocinadora | CDP | CDP | CDP | CDP | CDP |
|--|---|---|---|---|---|
| Nome do plano | Plano de Benefícios Previdenciários - CDP |
| Sigla | BRP CDP |
| País | Brasil | Brasil | Brasil | Brasil | Brasil |
| Data base | 31/12/2024 | 30/09/2024 | 30/06/2024 | 31/03/2024 | 31/12/2023 |
| Informações da moeda | BRL (R\$) |
| 4. Alteração na obrigação de benefício definido | | | | | |
| a. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior | 83.815.799 | 81.949.027 | 86.017.992 | 89.705.583 | 85.014.117 |
| b. Custo do serviço | - | - | - | - | - |
| a. Custo do serviço atual | - | - | - | - | - |
| b. Custo do serviço passado | - | - | - | - | - |
| c. (Ganho) / perda decorrente de liquidação antecipada do plano | 2.094.089 | 2.093.798 | 2.054.519 | 2.022.861 | 2.009.285 |
| d. Custo dos juros | - | - | - | - | - |
| e. Fluxos de caixa | - | - | - | - | - |
| a. Benefício pago pelo plano | - | - | - | - | - |
| b. Benefício pago diretamente pela empresa | - | - | - | - | - |
| c. Pagamento pelo plano decorrente de liquidação antecipada | - | - | - | - | - |
| d. Pagamento pela empresa decorrente de liquidação antecipada | - | - | - | - | - |
| e. Contribuições do participante | - | - | - | - | - |
| f. Despesas administrativas incluídas na obrigação | - | - | - | - | - |
| g. Impostos incluídos na obrigação | - | - | - | - | - |
| h. Demais de origem para beneficiários de plano | - | - | - | - | - |
| i. Outros eventos significativos | - | - | - | - | - |
| a. Aumento (redução) devido ao efeito de quaisquer combinações de negócios / alienações / transferências | - | - | - | - | - |
| b. Redimensionamento da obrigação | - | - | - | - | - |
| a. Efeito das mudanças nas premissas demográficas | - | - | - | - | - |
| b. Efeito das mudanças nas premissas financeiras | - | - | - | - | - |
| c. Efeito dos ajustes de experiência | - | - | - | - | - |
| d. Efeito das mudanças nas taxas de câmbio | - | - | - | - | - |
| e. Obrigação de benefício definido no final do ano | 76.393.589 | 81.815.799 | 81.949.027 | 86.017.992 | 89.705.583 |

| B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano | 31/12/2024 | 30/09/2024 | 30/06/2024 | 31/03/2024 | 31/12/2023 |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|
| 1. Valor justo dos ativos do plano no final do ano anterior | 28.643.243 | 28.883.390 | 28.058.184 | 28.998.187 | 28.033.669 |
| 2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano | 770.674 | 708.613 | 844.548 | 562.165 | 562.111 |
| 3. Fluxos de caixa | - | - | - | - | - |
| a. Contribuições básicas do empregador | - | - | - | - | - |
| (i) Contribuições do empregador | 1.815.006 | 1.804.483 | 1.823.288 | 1.776.672 | 1.778.610 |
| (ii) Pagamentos diretos de benefícios ao empregador | - | - | - | - | - |
| (iii) Pagamentos diretos de liquidação pelo empregador | - | - | - | - | - |
| b. Contribuições do participante | - | - | - | - | - |
| c. Pagamentos de benefícios ativos do plano | - | - | - | - | - |
| d. Pagamentos de benefícios do empregador | - | - | - | - | - |
| e. Serviços de custo de serviços passados dos ativos do plano | - | - | - | - | - |
| f. Pagamentos de liquidação de ativos do plano | - | - | - | - | - |
| g. Pagamentos de liquidação do empregador | - | - | - | - | - |
| h. Despesas administrativas pagas de ativos do plano | - | - | - | - | - |
| i. Impostos pagos de ativos do plano | - | - | - | - | - |
| a. Outros eventos significativos | - | - | - | - | - |
| a. Aumento (redução) devido ao efeito de quaisquer combinações de negócios / alienações / transferências | - | - | - | - | - |
| b. Aumento (redução) devido a combinações de planos | - | - | - | - | - |
| c. Redimensionamento do valor justo do ativo do plano | - | - | - | - | - |
| a. Retorno sobre os ativos do plano (excluindo receita de juros) | - | - | - | - | - |
| b. Efeito das mudanças nas taxas de câmbio | - | - | - | - | - |
| 7. Valor justo dos ativos do plano no final do ano | 30.222.906 | 29.663.243 | 28.883.390 | 28.058.184 | 28.896.170 |

| C. Alteração dos direitos de reembolso | 31/12/2024 | 30/09/2024 | 30/06/2024 | 31/03/2024 | 31/12/2023 |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|
| 1. Direitos de reembolso no final do ano anterior | - | - | - | - | - |
| 2. Redimensionamento do serviço corrente | - | - | - | - | - |
| 3. Ganho / (perda) em liquidações | - | - | - | - | - |
| a. Receita de juros | - | - | - | - | - |
| b. Fluxos de caixa | - | - | - | - | - |
| a. Contribuições do empregador para direitos de reembolso | - | - | - | - | - |
| b. Reembolsos ao empregador | - | - | - | - | - |
| c. Outros eventos significativos | - | - | - | - | - |
| a. Aumento (redução) devido ao efeito de quaisquer combinações de negócios / alienações / transferências | - | - | - | - | - |
| b. Aumento (redução) devido a combinações de planos | - | - | - | - | - |
| c. Redimensionamento do direito de reembolso | - | - | - | - | - |
| a. Retorno sobre direitos de reembolso (excluindo receita de juros) | - | - | - | - | - |
| b. Efeito das mudanças nas taxas de câmbio | - | - | - | - | - |
| 5. Direitos de reembolso no final do ano | - | - | - | - | - |

| D. Mudança no total do ativo / passivo financeiro | 31/12/2024 | 30/09/2024 | 30/06/2024 | 31/03/2024 | 31/12/2023 |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|
| 1. Total do ativo / passivo financeiro no final do exercício anterior | - | - | - | - | - |
| 2. Despesa de juros | - | - | - | - | - |
| 3. Obrigação de limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo financeiro decorrente dos juros sobre o limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo financeiro | - | - | - | - | - |
| a. Efeito das mudanças nas taxas de câmbio | - | - | - | - | - |
| b. Efeito dos ajustes de experiência | - | - | - | - | - |
| c. Outras alterações | - | - | - | - | - |
| 4. Reservas e contrapartidas de resultados do exercício anterior | - | - | - | - | - |
| 1. Obrigação de benefício definido | - | - | - | - | - |
| 2. Ativos líquidos do plano | - | - | - | - | - |
| 3. Ativos líquidos do plano | - | - | - | - | - |
| 4. Ativos líquidos do plano | - | - | - | - | - |
| 5. Outras alterações | - | - | - | - | - |
| 6. Contrapartidas de resultados do exercício anterior | - | - | - | - | - |
| 7. Outras alterações | - | - | - | - | - |
| 8. Outras alterações | - | - | - | - | - |

| E. Composição do custo do benefício definido | 31/12/2024 | 30/09/2024 | 30/06/2024 | 31/03/2024 | 31/12/2023 |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|
| 1. Custo do serviço | - | - | - | - | - |
| a. Custo do serviço atual | - | - | - | - | - |
| b. Custo do serviço de reembolso | - | - | - | - | - |
| c. Custo do serviço passado | - | - | - | - | - |
| d. (Ganho) / perda decorrente de liquidação antecipada | - | - | - | - | - |
| e. Custo total do serviço | - | - | - | - | - |
| 2. Custo dos juros líquidos | - | - | - | - | - |
| 3. Juros sobre o benefício de benefício definido | - | - | - | - | - |
| 4. Juros (receita) sobre ativos do plano | - | - | - | - | - |
| 5. Juros (receita) sobre direitos de reembolso | - | - | - | - | - |
| 6. Despesas com juros sobre efeito de base ativo / passivo financeiro | - | - | - | - | - |
| a. Custo total de juros líquidos | - | - | - | - | - |
| 3. Redimensionamento de outros benefícios de longo prazo | - | - | - | - | - |
| a. Despesa administrativa e impostos (não incluídos no passivo) | - | - | - | - | - |
| b. Custo de obrigação de benefício definido incluído no resultado de empresa | - | - | - | - | - |
| c. Redimensionamento (reconhecimento em outros resultados abrangentes) | - | - | - | - | - |
| a. Efeito das mudanças nas premissas demográficas | - | - | - | - | - |
| b. Efeito das mudanças nas premissas financeiras | - | - | - | - | - |
| c. Efeito dos ajustes de experiência | - | - | - | - | - |
| d. Efeito das mudanças nas taxas de câmbio | - | - | - | - | - |
| e. (Ganho) / perda decorrente de liquidação antecipada | - | - | - | - | - |
| f. Retorno sobre direitos de reembolso (excluindo receita de juros) | - | - | - | - | - |
| 7. Mudanças no total do ativo / passivo financeiro (excluindo receita de juros) | - | - | - | - | - |
| a. Redimensionamento de obrigação de benefício definido incluído em outros resultados | - | - | - | - | - |
| 7. Custo total da obrigação de benefício definido incluído no resultado de empresa e em outros resultados abrangentes | - | - | - | - | - |

| F. Reconciliação do líquido do passivo (ativo) de benefício definido | 31/12/2024 | 30/09/2024 | 30/06/2024 | 31/03/2024 | 31/12/2023 |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|
| 1. Valor líquido do passivo / ativo de benefício definido no final do ano anterior | - | - | - | - | - |
| 2. Custo do benefício definido incluído no resultado | - | - | - | - | - |
| 3. Redimensionamento de obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes | - | - | - | - | - |
| a. Outros eventos significativos | - | - | - | - | - |
| a. Transparência líquida em (out) (incluindo o efeito de quaisquer combinações / alienações / transferências) | - | - | - | - | - |
| b. Quantas reconhecidas devido a combinações de planos | - | - | - | - | - |
| c. Fluxos de caixa | - | - | - | - | - |
| a. Contribuições do empregador | - | - | - | - | - |
| b. Contribuição relativa a benefício pago diretamente pela empresa | - | - | - | - | - |
| c. Liquidação antecipada paga pela empresa | - | - | - | - | - |
| d. Crédito para reembolso | - | - | - | - | - |
| e. Efeito das mudanças nas taxas de câmbio | - | - | - | - | - |
| 6. (Resíduo) ativo líquido de benefício definido a partir do final do ano | - | - | - | - | - |

| G. Segregação da obrigação de benefício definido | 31/12/2024 | 30/09/2024 | 30/06/2024 | 31/03/2024 | 31/12/2023 |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|
| 1. Obrigação de benefício definido pelo status de participante | - | - | - | - | - |
| a. Ativos | - | - | - | - | - |
| b. Adicionados em caso de benefício | - | - | - | - | - |
| c. Pensionistas | - | - | - | - | - |
| d. Total | - | - | - | - | - |

| H. Premissas atuariais significativas | 31/12/2024 | 30/09/2024 | 30/06/2024 | 31/03/2024 | 31/12/2023 |
|---|-------------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| 1. Hipótese de abrangência da obrigação de benefício definido | - | - | - | - | - |
| Taxa de desconto | 11,30% | 10,23% | 10,23% | 9,55% | 9,02% |
| Taxa de crescimento salarial | 3,50% | 3,50% | 3,50% | 3,50% | 3,50% |
| Taxa de crescimento dos beneficiários | -3,50% | -3,50% | -3,50% | -3,50% | -3,50% |
| Taxa de inflação | 3,50% | 3,50% | 3,50% | 3,50% | 3,50% |
| Mortalidade | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Mortalidade de invalidos | Winklevoss desagravado em 20% | Winklevoss | Winklevoss | Winklevoss | Winklevoss |
| Entrada em aposentadoria | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Hipótese de mortalidade pré-aposentadoria | AT-2000 Basic Masculine | AT-2000 Basic Masculine | AT-2000 Basic Masculine | AT-2000 Basic Masculine | AT-2000 Basic Masculine |
| Hipótese de mortalidade pós-aposentadoria | AT-2000 Basic Masculine | AT-2000 Basic Masculine | AT-2000 Basic Masculine | AT-2000 Basic Masculine | AT-2000 Basic Masculine |
| Distúrbio em anexo | 8,62 | 8,62 | 8,62 | 8,62 | 8,62 |
| Entrada em invalidade | Grupo Aposentadoria | Hunter | Hunter | Hunter | Hunter |
| Composição familiar | Família Padrão Rortus | Família Padrão Rortus | Família Padrão Rortus | Família Padrão Rortus | Família Padrão Rortus |

| I. Análise de sensibilidade | 31/12/2024 | 30/09/2024 | 30/06/2024 | 31/03/2024 | 31/12/2023 |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|
| Valor presente da obrigação de benefício definido | - | - | - | - | - |
| Taxa de desconto - 25 pontos base (*) | - | - | - | - | - |
| Taxa de desconto - 25 pontos base (*) | - | - | - | - | - |
| % de impacto na obrigação de benefício definido | - | - | - | - | - |
| Taxa de desconto - 25 pontos base (*) | - | - | - | - | - |
| Taxa de desconto - 25 pontos base (*) | - | - | - | - | - |
| Alargamento do intervalo de confiança | - | - | - | - | - |
| Agravação em 10% | - | - | - | - | - |
| Desagravado em 10% | - | - | - | - | - |
| % de impacto na taxa de mortalidade | - | - | - | - | - |
| Agravação em 10% | - | - | - | - | - |
| Desagravado em 10% | - | - | - | - | - |

| J. Outras informações | 31/12/2024 | 30/09/2024 | 30/06/2024 | 31/03/2024 | 31/12/2023 |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|
| Condições de aquisição do subscrito - IGA - 5.027 | - | - | - | - | - |
| Condições de aquisição do subscrito - IGA - 5.027 | - | - | - | - | - |
| Condições de aquisição do subscrito - IGA - 5.027 | - | - | - | - | - |
| Condições de aquisição do subscrito - IGA - 5.027 | - | - | - | - | - |
| Condições de aquisição do subscrito - IGA - 5.027 | - | - | - | - | - |
| Condições de aquisição do subscrito - IGA - 5.027 | - | - | - | - | - |
| Condições de aquisição do subscrito - IGA - 5.027 | - | - | - | - | - |
| Condições de aquisição do subscrito - IGA - 5.027 | - | - | - | - | - |
| Condições de aquisição do subscrito - IGA - 5.027 | - | - | - | - | - |
| Condições de aquisição do subscrito - IGA - 5.027 | - | - | - | - | - |

21. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO (JCP) /DIVIDENDOS

As acionistas é garantido dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, e Art. 202 da Lei das Sociedades por ações nº 6.404/76.

A Companhia tem a opção legal de atribuir aos acionistas, considerando o limite dos dividendos mínimos obrigatórios (25%), JUROS sobre Capital Próprio, com deduções para fins tributários conforme previsto na Política de Distribuição de Dividendos e/ou JCPs.

| Dividendos/JCP a Pagar | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|----------------|----------------|
| Lucro do Líquido do Exercício | 121.612.672,25 | 117.395.251,96 |
| Apropriação Tributos Diferidos - ORA | (137.692,63) | (429.382,52) |
| Base para Reserva Legal | 121.474.979,62 | 116.965.869,44 |
| Reserva Legal 5% | 6.073.748,98 | 5.848.293,47 |
| Base p/ Cálculo de Dividendos | 115.401.230,64 | 111.117.575,97 |
| JCP - Dividendos Mínimos Obrigatórios 25% | 28.850.307,66 | 27.779.393,99 |

22. OUTRAS CONTAS A PAGAR/OBRIGAÇÕES

Referem-se a Consignados em folha de pagamento, plano de saúde, caução de fornecedores e outras contas a pagar.

| Outras Contas a Pagar (PC) | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|----------------------------|--------------|--------------|
| Plano de Saúde | 1.008.591,83 | 2.354.106,40 |
| Caução de Fornecedores | 3.815.244,67 | 3.614.468,15 |
| Outros | 429.844,32 | 428.734,14 |
| Total | 5.253.680,82 | 6.397.308,69 |

23. PRECATÓRIOS

A Companhia foi equiparada à Fazenda Pública em diversas decisões judiciais em Sede de Execução trabalhistas ou cível para liquidação das execuções por meio de precatórios, afim de assegurar o seu orçamento. Deste modo, uma vez recebido o ofício requisitório, a companhia registra em seu balanço o valor requisitado como Passivo Circulante e não Circulante, conforme determina a legislação.

| Precatórios (PC) | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|------------------|--------------|--------------|
| Precatórios | 5.720.014,35 | 3.716.947,93 |

24. RECEITAS ANTECIPADAS

As receitas antecipadas representam as receitas que foram recebidas de clientes, e que ainda não foi realizada a contraprestação do serviço, referem-se a depósitos de garantia efetuados pelos usuários das unidades portuárias.

| Receitas Antecipadas a apropriar | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|----------------------------------|---------------|---------------|
| Adiantamento de Clientes | 18.768.152,53 | 20.532.293,37 |

25. RECEITAS DIFERIDAS

Os valores recebidos pela Companhia a título de outorga, conforme estabe

29.4- RESERVA LEGAL

Conforme artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve transferir, antes de qualquer destinação, 5% do lucro líquido anual para reserva legal até que o seu valor seja equivalente a 20% do capital integralizado. A Reserva Legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital Social, e apenas poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital Social.

| RESERVA LEGAL 5% | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---------------------------------|---------------------|---------------------|
| Lucro do Líquido do Exercício | 121.612.672,25 | 117.395.251,96 |
| Tributo diferido - ORA - PORTUS | (137.692,63) | (429.382,52) |
| Base de Cálculo Reserva Legal | 121.474.979,62 | 116.965.869,44 |
| Total | 6.073.748,98 | 5.848.293,47 |

29.5 - RESERVAS DE INVESTIMENTOS

Conforme plano de investimentos da Companhia foi constituído reserva de investimentos sobre o valor residual do resultado de lucros acumulados após dedução da Reserva Legal e dividendos mínimos obrigatórios, conforme base a seguir:

| RESERVA DE INVESTIMENTOS | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---------------------------------|----------------------|----------------------|
| Lucro Líquido do Exercício | 121.612.672,25 | 117.395.251,96 |
| Tributo diferido - ORA - Portus | (137.692,63) | (429.382,52) |
| Reserva Legal | (6.073.748,98) | (5.848.293,47) |
| Dividendos/JCP | (28.850.307,66) | (27.779.393,99) |
| Total | 86.550.922,98 | 83.338.181,98 |

Apresentamos abaixo a Receita por Unidade Portuária, e por classificação de tabela:

| RECEITA BRUTA POR UNIDADE PORTUÁRIA -2024 | | | | | | | |
|---|-----------------------|----------------------|-------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | Belém | Santarém | Altamira | Itaituba | Vila do Conde | Sede | Consolidado |
| RECEITA BRUTA | 102.526.199,93 | 76.655.101,27 | 125.205,72 | 2.226.166,73 | 240.560.583,50 | 1.481.206,46 | 423.574.463,61 |
| RECEITA SERVIÇO PORTUÁRIO | 29.607.316,12 | 48.393.670,53 | 125.205,72 | 2.226.166,73 | 80.633.636,48 | 72.573,35 | 161.058.568,93 |
| Receitas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário | 6.483.609,91 | 40.589.110,48 | - | - | 47.889.650,24 | - | 94.962.370,63 |
| Receitas da Infraestrutura de Acostagem | 6.166.984,26 | 2.050.789,09 | 63.814,70 | 552.537,41 | 2.719.152,43 | - | 11.553.277,89 |
| Receitas da Infraestrutura Operacional ou terrestre | 15.601.314,76 | 4.683.452,98 | 59.291,86 | 1.673.151,38 | 23.495.063,09 | - | 45.512.274,07 |
| Receitas de Armazenagem | 131.218,88 | 461.858,77 | - | 477,94 | 310.524,57 | - | 904.080,16 |
| Receitas por Utilização de Equipamentos | - | - | - | - | - | - | - |
| Receitas por Diversos Padronizados | 980.988,51 | 608.459,21 | 2.099,16 | - | 6.219.246,15 | 72.573,35 | 7.883.366,38 |
| Receitas com Contratos de Uso Temporários | 243.199,80 | - | - | - | - | - | 243.199,80 |
| RECEITAS ALTERNATIVAS/ACESSÓRIAS | 8.612.753,17 | 13.891.506,32 | - | - | 2.869.142,44 | 1.408.633,11 | 26.782.035,04 |
| RECEITAS -CONTRATO DE ARRENDAMENTOS | 64.306.130,64 | 14.369.924,42 | - | - | 157.057.804,58 | - | 235.733.859,64 |

| RECEITA BRUTA POR UNIDADE PORTUÁRIA -2023 | | | | | | | |
|---|-----------------------|----------------------|-------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | Belém | Santarém | Altamira | Itaituba | Vila do Conde | Sede | Consolidado |
| RECEITA BRUTA | 103.517.607,72 | 63.986.888,96 | 162.765,30 | 2.239.767,35 | 258.294.928,28 | 1.104.506,61 | 429.306.464,22 |
| RECEITA SERVIÇO PORTUÁRIO | 30.710.528,28 | 50.658.981,88 | 162.765,30 | 2.239.767,35 | 107.188.595,98 | 0,00 | 190.960.638,79 |
| Receitas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário | 7.071.132,87 | 39.906.603,47 | - | - | 79.420.953,74 | - | 126.398.690,08 |
| Receitas da Infraestrutura de Acostagem | 4.510.045,55 | 2.022.966,34 | 59.897,09 | 509.385,76 | 2.708.505,59 | - | 9.810.800,33 |
| Receitas da Infraestrutura Operacional ou terrestre | 15.540.439,83 | 6.077.250,20 | 101.614,79 | 1.726.050,71 | 20.624.760,30 | - | 44.070.115,83 |
| Receitas de Armazenagem | 1.719.481,43 | 1.764.322,50 | - | 4.330,88 | 1.786.701,83 | - | 5.274.836,64 |
| Receitas por Utilização de Equipamentos | - | 21.798,44 | - | - | - | - | 21.798,44 |
| Receitas por Diversos Padronizados | 1.637.410,40 | 866.040,93 | 1.253,42 | - | 2.647.674,52 | - | 5.152.379,27 |
| Receitas com Contratos de Uso Temporários | 232.018,20 | - | - | - | - | - | 232.018,20 |
| RECEITAS ALTERNATIVAS/ACESSÓRIAS | 8.436.060,34 | 1.800,64 | - | - | - | 1.104.506,61 | 10.001.584,00 |
| RECEITAS -CONTRATO DE ARRENDAMENTOS | 64.371.019,10 | 13.326.106,44 | - | - | 150.647.115,89 | - | 228.344.241,43 |

31. CUSTOS OPERACIONAIS

Neste quadro, a Companhia detalha a composição dos gastos necessários para a prestação dos serviços ou de arrendamento. Compõe-se basicamente dos gastos dos Portos que estão sobre a administração da Companhia. Os principais impactos nos custos foram os seguintes:

- Aumento nos custos com pessoal:** Os custos com pessoal apresentaram um crescimento de 18,33% em relação ao mesmo período do exercício anterior, representando 70,80% dos custos totais. Esse aumento se deve a:
 - Reajuste salarial de 4,74% estabelecido no ACT 2023/2024;
 - Diferenças Salariais referente ao embargo atinente às Promoções do Plano de Empregos e Salários do (PES), conforme Processo SEI nº 50901.005741/2023-04.
- Provisão para diferenças salariais do ACT 2024/2026:** No final do exercício, a Companhia provisionou o montante de R\$ 1.411.172,90, referente ao impacto financeiro das diferenças salariais decorrentes do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2024/2026, correspondente ao período de junho a novembro/24, conforme Processo SEI nº 50901.000114/2025-31.O reajuste salarial estabelecido no ACT foi de 4,34%, e o acordo foi formalmente assinado em 20/12/2024. A diferença salarial referente a dezembro de 2024 foi quitada no próprio mês. O valor provisionado foi alocado em partes iguais, sendo 50% contabilizado em custos e 50% em despesas.
- Reversão da Provisão ACT 2023/2024:** Houve a reversão do provisionamento anteriormente realizado para o ACT 2023/2024, considerando a realização do pagamento das diferenças salariais, em virtude da assinatura do ACT- Acordo Coletivo de Trabalho.

| CUSTOS OPERACIONAIS | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|-----------------------|-----------------------|
| Pessoal, Benefícios e Encargos Sociais. | 99.341.459,70 | 83.951.762,46 |
| Serviços de Terceiros | 16.407.000,88 | 21.077.869,50 |
| Depreciação e Amortização | 14.860.801,46 | 13.699.726,79 |
| Utilidades, Serviços e Materiais. | 10.481.554,17 | 9.077.993,86 |
| Outros Custos | 559.505,84 | 737.915,16 |
| Provisão ACT -Acordo Coletivo de Trabalho | 705.586,45 | 2.035.626,56 |
| Reversão Provisão ACT 2023/2024 | (2.035.626,56) | - |
| TOTAL | 140.320.281,94 | 130.580.894,33 |

Abaixo apresentamos os custos por unidade:

| CUSTOS OPERACIONAIS POR UNIDADE-2024 | | | | | | | |
|---|----------------------|----------------------|-------------------|---------------------|----------------------|-------------------|-----------------------|
| CUSTOS OPERACIONAIS | BELÉM | SANTARÉM | ALTAMIRA | ITAITUBA | VILA DO CONDE | SEDE | TOTAL |
| Pessoal, Benefícios e Encargos Sociais. | 58.197.096,90 | 15.140.573,53 | 274.400,45 | 1.524.515,21 | 22.848.319,87 | 1.356.553,74 | 99.341.459,70 |
| Serviços de Terceiros | 7.300.425,88 | 2.348.225,19 | 82.714,88 | 767.102,59 | 5.811.541,54 | 96.990,80 | 16.407.000,88 |
| Depreciação e Amortização | 1.003.104,65 | 1.676.027,35 | - | 661.162,30 | 11.084.660,56 | 435.846,60 | 14.860.801,46 |
| Utilidades, Serviços e Materiais. | 1.769.451,90 | 644.462,61 | 9.167,28 | 30.181,44 | 8.008.013,72 | 20.277,22 | 10.481.554,17 |
| Outros Custos | 166.722,13 | 61.445,27 | 2.050,94 | 18.370,49 | 310.917,01 | - | 559.505,84 |
| Provisão ACT 2024/2026 | - | - | - | - | - | 705.586,45 | 705.586,45 |
| Reversão Provisão ACT 2023/2024 | - | - | - | - | - | (2.035.626,56) | (2.035.626,56) |
| TOTAL | 68.436.801,46 | 19.870.733,95 | 368.333,55 | 3.001.332,03 | 48.063.452,70 | 579.628,25 | 140.320.281,94 |

| CUSTOS OPERACIONAIS POR UNIDADE-2023 | | | | | | | |
|---|----------------------|----------------------|-------------------|---------------------|----------------------|---------------------|-----------------------|
| CUSTOS OPERACIONAIS | BELÉM | SANTARÉM | ALTAMIRA | ITAITUBA | VILA DO CONDE | SEDE | TOTAL |
| Pessoal, Benefícios e Encargos Sociais. | 44.518.753,23 | 12.486.955,89 | 268.495,68 | 1.457.462,55 | 18.849.701,75 | 6.370.393,36 | 83.951.762,46 |
| Serviços de Terceiros | 9.180.345,76 | 3.205.229,60 | 78.241,46 | 1.155.011,46 | 7.403.006,68 | 56.034,54 | 21.077.869,50 |
| Depreciação e Amortização | 1.425.486,38 | 1.466.384,77 | - | 599.751,12 | 9.773.783,16 | 434.321,36 | 13.699.726,79 |
| Utilidades, Serviços e Materiais. | 1.851.104,15 | 526.084,12 | 14.744,00 | 25.028,51 | 6.144.574,55 | 516.458,53 | 9.077.993,86 |
| Outros Custos | 202.700,21 | 208.771,19 | 18.987,24 | 22.930,10 | 214.526,44 | 69.999,98 | 737.915,16 |
| Provisão ACT 2024/2026 | - | - | - | - | - | 2.035.626,56 | 2.035.626,56 |
| TOTAL | 57.178.389,73 | 17.893.425,57 | 380.468,38 | 3.260.183,74 | 42.385.592,58 | 9.482.834,33 | 130.580.894,33 |

32. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

Neste quadro, a Companhia apresenta a composição detalhada dos gastos necessários para a obtenção de receita, abrangendo despesas com administração, serviços de terceiros, depreciação, manutenção do prédio administrativo, entre outros.

Destacamos a reversão da provisão para passivos contingentes, relacionada ao acordo firmado entre a Companhia Docas do Pará e a Empresa J. R. Distribuidora de Petróleo Ltda., conforme o Processo Judicial nº 1032573-14.2021.4.01.3900, no valor de R\$ 29.780.000,00 (vide NE 27). O montante acordado foi contabilizado como despesa com processos cíveis.

Além disso, houve a reversão do provisionamento anteriormente realizado para o ACT 2023/2024, em razão do pagamento das diferenças salariais decorrentes da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

Com relação aos aumentos das despesas, destacam-se:

- Aumento das despesas com pessoal:**
 - Reajuste salarial de 4,74% estabelecido no ACT 2023/2024;
 - Diferenças Salariais referente ao embargo atinente às Promoções do Plano de Empregos e Salários do (PES), conforme Processo SEI nº 50901.005741/2023-04.
- Despesas Tributárias:** O aumento nas despesas tributárias, deve-se à renegociação de débitos anteriores de IPTU, conforme processo Sei nº 50901.008914/2024-19.

| DESPESAS ADMINISTRATIVAS | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|------------------------|-----------------------|
| Pessoal, Benefícios e Encargos Sociais. | 50.248.825,74 | 47.319.113,79 |
| Serviços de Terceiros | 9.687.909,33 | 7.106.319,15 |
| Utilidades, Serviços e Materiais. | 1.139.002,86 | 952.778,33 |
| Despesas Gerais | 34.181.731,76 | 3.066.757,18 |
| - Seguro das Instalações | - | 8.984,43 |
| - Energia Elétrica | 541.500,08 | 437.145,69 |
| - Água e Esgoto | 32.465,40 | 27.481,04 |
| - Telefonia/Internet | 187.874,31 | 90.404,55 |
| - Despesas com Viagens e Estádias | 2.303.440,24 | 1.833.083,82 |
| - Indenizações e gastos com Processos Cíveis | 29.780.000,00 | - |
| - Assinaturas Jornais e Revistas | - | 12.093,00 |
| - Despesas e Multas Inedutíveis | 1.036,94 | 70.382,22 |
| - Locação de Bens | 255.636,00 | 228.510,00 |
| - Propaganda e Publicidade | 952.265,97 | 353.512,45 |
| - Correios | 2.552,82 | 5.159,98 |
| - Brindes e Patrocínios | 124.960,00 | - |
| DESPESAS TRIBUTÁRIAS | 1.799.004,61 | 451.708,17 |
| PECLD | 9.032.608,90 | 14.298.617,96 |
| Provisões para Contingências | 5.995.520,95 | 29.582.450,38 |
| Provisão ACT- Acordo Coletivo de Trabalho | 705.586,45 | 2.035.626,56 |
| Depreciação e Amortização | 4.697.812,29 | 3.896.755,67 |
| (-) Reversão de Despesas Provisionadas | (32.377.147,89) | - |
| Total | 85.110.855,00 | 108.710.127,19 |

33. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

A Rubrica de Outros Resultados Operacionais está relacionada em geral a evento diverso, tal como recuperação de tributos, recuperação de créditos, bem como baixa de bens do ativo, conforme detalhado abaixo:

O Aumento das Outras receitas operacionais foi ocasionado por:

- 1- Baixa do INSS/Sindguapor realizada no 2º trimestre-24, no valor de R\$ 2.280.468,80 (Vide NE-19)
- 2- Reversão de Provisões Tributárias no 3º trimestre-24, no valor de R\$ 8.840.900,38 (Vide NE-27)

| Outros Resultados Operacionais | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|-------------------------------------|----------------------|----------------------|
| Outras Receitas | 11.379.661,74 | 10.269.442,63 |
| Recuperação de Tributos | 2.280.468,80 | 534.310,26 |
| Baixa de Tributos p/ Prescrição (i) | - | 9.702.737,73 |

30. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita operacional é formada por receitas tarifárias, e por receitas patrimoniais decorrentes de arrendamentos de áreas do porto organizado sob jurisdição da CDP.

A Receita da Operação Portuária teve uma variação negativa de 15,66%, considerando que em Março de 2023, foi faturado da Empresa Hidrovias do Brasil o montante de R\$ 25.119.611,00 relativos a receitas extraordinárias, o que elevou a Receita da Tabela I no Porto de Vila do Conde em 2023. (i)

Com relação a Receita Alternativa/Acessória o aumento se deu por conta de Receita extraordinária no valor de R\$ 13.888.860,00, concernente à incorporação de bens reversíveis à União do Contrato de arrendamento nº 36/78 da Empresa Petróleo Sabá, em atendimento ao determinado na Resolução ANTAQ nº 43/2021. (ii)

| RECEITA BRUTA OPERACIONAL | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|------------------------|------------------------|
| Receita da Operação Portuária (i) | 161.058.568,93 | 190.960.638,79 |
| Receita com Contrato de Arrendamento | 235.733.859,64 | 228.344.241,43 |
| Receitas Alternativa/Acessórias (ii) | 26.782.035,04 | 10.001.584,00 |
| TOTAL RECEITA BRUTA | 423.574.463,61 | 429.306.464,22 |
| Dedução da Receita | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Impostos Incidentes sobre a Receita Bruta | | |
| - Imposto sobre Serviços- ISS | (12.918.044,25) | (14.525.559,22) |
| - Programa de integração social -PIS | (6.832.107,78) | (7.012.672,93) |
| - Contribuição financeira .seg. social- COFINS | (31.514.249,62) | (32.300.796,56) |
| Subtotal | (51.264.401,65) | (53.839.028,71) |
| Cancelamento e Devoluções | (9.424.760,75) | (3.204.812,86) |
| Total das Deduções da receita | (60.689.162,40) | (57.043.841,57) |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 362.885.301,21 | 372.262.622,65 |

Apresentamos abaixo a Receita por Unidade Portuária, e por classificação de tabela:

| RECEITA BRUTA POR UNIDADE PORTUÁRIA -2024 | | | | | | | |
|---|-----------------------|----------------------|-------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | Belém | Santarém | Altamira | Itaituba | Vila do Conde | Sede | Consolidado |
| RECEITA BRUTA | 102.526.199,93 | 76.655.101,27 | 125.205,72 | 2.226.166,73 | 240.560.583,50 | 1.481.206,46 | 423.574.463,61 |
| RECEITA SERVIÇO PORTUÁRIO | 29.607.316,12 | 48.393.670,53 | 125.205,72 | 2.226.166,73 | 80.633.636,48 | 72.573,35 | 161.058.568,93 |
| Receitas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário | 6.483.609,91 | 40.589.110,48 | - | - | 47.889.650,24 | - | 94.962.370,63 |
| Receitas da Infraestrutura de Acostagem | 6.166.984,26 | 2.050.789,09 | 63.814,70 | 552.537,41 | 2.719.152,43 | - | 11.553.277,89 |
| Receitas da Infraestrutura Operacional ou terrestre | 15.601.314,76 | 4.683.452,98 | 59.291,86 | 1.673.151,38 | 23.495.063,09 | - | 45.512.274,07 |
| Receitas de Armazenagem | 131.218,88 | 461.858,77 | - | 477,94 | 310.524,57 | - | 904.080,16 |
| Receitas por Utilização de Equipamentos | - | - | - | - | - | - | - |
| Receitas por Diversos Padronizados | 980.988,51 | 608.459,21 | 2.099,16 | - | 6.219.246,15 | 72.573,35 | 7.883.366,38 |
| Receitas com Contratos de Uso Temporários | 243.199,80 | - | - | - | - | - | 243.199,80 |
| RECEITAS ALTERNATIVAS/ACESSÓRIAS | 8.612.753,17 | 13.891.506,32 | - | - | 2.869.142,44 | 1.408.633,11 | 26.782.035,04 |
| RECEITAS -CONTRATO DE ARRENDAMENTOS | 64.306.130,64 | 14.369.924,42 | - | - | 157.057.804,58 | - | 235.733.859,64 |

| RECEITA BRUTA POR UNIDADE PORTUÁRIA -2023 | | | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | | | |

36. PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NOS RESULTADOS

O valor do PLR fixado para Companhia, determinado pela SEST, é limitado a 25% dos dividendos pagos e a 6,25% do lucro do exercício. O valor apurado atende aos dois limites determinados.

| Participação no Lucro e Resultado | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|-----------------------------------|---------------|---------------|
| Base p/ Cálculo de PLR | 28.850.307,66 | 27.779.393,99 |
| PLR a pagar | 7.212.576,92 | 6.944.848,50 |

37. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE ASSUMIDAS POR ORIENTAÇÃO DA UNIÃO.

O interesse público da União é o conjunto de valores, princípios e objetivos que orientam a atuação do Estado brasileiro na promoção do bem comum, da democracia, da cidadania, da justiça e do desenvolvimento nacional. O interesse público da União é expresso na Constituição Federal de 1988, que define os fundamentos, os direitos e as garantias, a organização e os fins da República Federativa do Brasil.

O interesse público da União é concretizado por meio das políticas públicas que são as ações e os programas desenvolvidos pelo Estado para atender às demandas e aos problemas da Sociedade. As políticas públicas são formuladas, implementadas e avaliadas pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e devem estar alinhadas com os princípios e os objetivos do Governo. Outrossim, destacamos que a materialização das políticas públicas ocorre por meio do orçamento público, no qual são definidas ações e os programas para atender às necessidades e aos interesses coletivos, no caso CDP, infraestrutura portuária.

| Obrigações ou Responsabilidades de Interesse Público, orientadas pela UNIÃO | | | | | | | |
|--|--|--|---|---|---|------------|---------------|
| Referências: Estatuto Social da CDP e Atas da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas | | | | | | | |
| Exercício | Atividades | Lei/regulamento/contrato/convenção ou ajuste celebrado com o ente público. | Receita | Executado | Setorial da CDP, responsável pela Gestão da Atividade | | |
| 2020 | Adequação de Instalações Gerais e de Suprimento no Porto de Belém | LEI Nº 13.978, DE 17 DE JANEIRO DE 2020 | RS 246.498 | RS 19.941 | GEENGE | | |
| | Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária | | RS 217.142 | RS 49.159 | GEENGE | | |
| | Implantação do Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária | | RS 144.322 | RS 0 | GETRNF | | |
| | Adequação de Instalações de Acoplagem e de Movimentação e Armazenagem de Cargas no Terminal de Miramar | | RS 1.059.239 | RS 0 | GERPMA | | |
| | Constituição do Terminal de Múltiplo Uso no PVC | | RS 7.135.049 | RS 2.967.600 | GEENGE | | |
| | Estudos para o Planejamento do Setor Portuário | | RS 1.300.000 | RS 797.330 | GEENGE/GEPLAM | | |
| | Implantação do Programa de conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos | | RS 646.801 | RS 617.801 | GERPMA | | |
| | Adequação de Instalações Gerais e de Suprimento no Porto de Santarém | | RS 300.000 | RS 144.428 | GEENGE | | |
| | Adequação de Instalações Gerais e de Suprimento no Terminal de Miramar | | RS 500.000 | RS 365.174 | GEENGE | | |
| | 2021 | | Adequação de Instalações Gerais e de Suprimento no Porto de Belém | LEI Nº 14.144, DE 22 DE ABRIL DE 2021 | RS 226.967 | RS 226.967 | GEENGE |
| Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária | | RS 167.990 | RS 167.990 | | GEENGE | | |
| Implantação do Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária | | RS 144.322 | RS 0 | | GETRNF | | |
| Adequação de Instalações de Acoplagem e de Movimentação e Armazenagem de Cargas no Terminal de Miramar | | RS 1.059.239 | RS 206.326 | | GEENGE | | |
| Constituição do Terminal de Múltiplo Uso no PVC | | RS 4.167.389 | RS 0 | | GEENGE | | |
| Adequação de Instalações de Proteção à atracação e operação de navios no PVC | | RS 396.476 | RS 89.677 | | GEENGE | | |
| Estudos para o Planejamento do Setor Portuário | | RS 502.600 | RS 180.488 | | GEENGE | | |
| Implantação do Programa de conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos | | RS 29.000 | RS 29.000 | | GERPMA | | |
| Adequação de Instalações Gerais e de Suprimento no Porto de Santarém | | RS 196.572 | RS 196.572 | | GEENGE | | |
| Adequação de Instalações Gerais e de Suprimento no Terminal de Miramar | | RS 134.826 | RS 134.826 | | GEENGE | | |
| 2022 | Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária | LEI Nº 14.303, DE 21 DE JANEIRO DE 2022 | RS 1.000.000 | RS 474.952 | GERNG | | |
| | Implantação do Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária | | RS 144.322 | RS 144.322 | GETRNF | | |
| | Adequação de Instalações de Acoplagem e de Movimentação e Armazenagem de Cargas no Terminal de Miramar | | RS 892.907 | RS 892.907 | GEENGE | | |
| | Constituição do Terminal de Múltiplo Uso no PVC | | RS 4.167.389 | RS 0 | GEENGE | | |
| | Adequação de Instalações de Proteção à atracação e operação de navios no PVC | | RS 308.892 | RS 308.892 | GEENGE | | |
| | Estudos para o Planejamento do Setor Portuário | | RS 322.192 | RS 256.598 | GEENGE/GEPLAM | | |
| | Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária | | RS 525.048 | RS 14.180 | GEENGE | | |
| | 2023 | | Constituição do Terminal de Múltiplo Uso no PVC | LEI Nº 14.395, DE 17 DE JANEIRO DE 2023 | RS 4.167.389 | RS 0 | GEENGE |
| | | | Estudos para o Planejamento do Setor Portuário | | RS 65.614 | RS 0 | GEENGE/GEPLAM |

| Obrigações ou Responsabilidades de Interesse Público, orientadas pela UNIÃO | | | | | |
|---|--|--|----------------|------------------|---|
| Referências: Estatuto Social da CDP e Atas da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas | | | | | |
| Exercício | Atividades | Lei/regulamento/contrato/convenção ou ajuste celebrado com o ente público. | Receita | Executado | Setorial da CDP, responsável pela Gestão da Atividade |
| 2024 | Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária | LEI Nº 14.822, DE 22 DE JANEIRO DE 2024 | R\$ 383.247 | R\$ 383.247 | GEENGE |
| | Construção do Terminal de Múltiplo Uso no PVC | LEI Nº 14.822, DE 22 DE JANEIRO DE 2024 PORTARIA MGI Nº 5.770, DE 27 DE AGOSTO DE 2024 | R\$ 65.148.799 | R\$ 0 | GEENGE/GEPLAM |
| | Estudos para o Planejamento do Setor Portuário | LEI Nº 14.822, DE 22 DE JANEIRO DE 2024 | R\$ 65.613 | R\$ 0 | GEENGE/GEPLAM |
| | Dragagem nos Portos Organizados e Terminais da CDP | LEI Nº 14.822, DE 22 DE JANEIRO DE 2024 PORTARIA SEST/AGI Nº 8.441, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2024 | R\$ 10.000.000 | R\$ 2.734.963,68 | GEENGE |
| | Dragagem do Terminal Petroquímico de Miramar | LEI Nº 14.822, DE 22 DE JANEIRO DE 2024 | R\$ 12.000.000 | R\$ 0 | GEENGE |

38. REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS E EMPREGADOS

As remunerações brutas mensais (base: dezembro/2024) pagas pela Companhia aos seus dirigentes e empregados, incluídas todas as vantagens efetivamente percebidas no contra cheque do mês de dezembro/2024, incluindo 13º salário complementar e gratificação de férias para alguns empregados, sem os Encargos Sociais e Benefícios.

| REMUNERAÇÃO | 2024 | | 2023 | |
|-----------------------------------|-------|------------------|------------------|--|
| Empregados | Maior | 50.313,05 | 42.280,04 | |
| | Menor | 2.512,46 | 2.479,51 | |
| Valor Médio de remuneração | | 14.791,62 | 14.148,34 | |

| REMUNERAÇÃO | 2024 | | 2023 | |
|-----------------------------------|-------|------------------|------------------|--|
| Administradores | Maior | 65.614,32 | 53.414,77 | |
| | Menor | 23.951,60 | 45.351,08 | |
| Valor Médio de remuneração | | 49.539,59 | 49.382,92 | |

| REMUNERAÇÃO | 2024 | | 2023 | |
|-----------------------------------|------|-----------------|-----------------|--|
| Conselheiros | | | | |
| Valor Médio de remuneração | | 3.392,06 | 3.242,27 | |

Em 2024, o valor médio da Remuneração dos Empregados foi obtido através da soma da remuneração de todos os empregados da Companhia no total de R\$ 6.567.479,28, dividido pelo número de empregados (444).

Em 2024, o valor médio da Remuneração dos Administradores foi obtido através da soma da remuneração de todos os Administradores da Companhia no total de R\$ 148.618,77 dividido pelo número de Diretores (3).

Em 2023, o valor médio da Remuneração dos Empregados foi obtido através da soma da remuneração de todos os empregados da Companhia no total de R\$ 6.395.049,68, dividido pelo número de empregados (452).

Em 2023, o valor médio da Remuneração dos Administradores foi obtido através da soma da remuneração de todos os Administradores da Companhia no total de R\$ 98.765,84, dividido pelo número de Diretores (2).

40. BALANÇO SOCIAL- NÃO AUDITADO

A Companhia faz a divulgação do Balanço Social, a título de informativo complementar, demonstrando clareza de suas ações e investimentos sociais realizados a cada período, refletindo a postura de comprometimento com o meio e a sociedade onde está inserida.

| | |
|--|--|
| Jardel Rodrigues da Silva Diretor Presidente CPF: 772.938.192-34 | Alexandre da Silva Carvalho Diretor de Gestão Portuária CPF: 766.462.387-15 |
| Samuel Alves Rocha Diretor Administrativo e Financeiro CPF: 012.631.732-17 | Glória Barroso de Macedo Gerente de Contabilidade CPF: 247.617.532-34 CRC:PA 014504/O-8 |

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES No 1-02/25
Demonstrações Contábeis em 31/DEZ/24

Curitiba, 25 de fevereiro de 2025

Aos
CONFIDENCIAL
Diretores e Administradores da
COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP)
Belém - PA

Prezados Senhores,

Em cumprimento às obrigações estabelecidas em nosso contrato de prestação de serviços de auditoria, apresentamos o relatório dos auditores independentes, relativamente às demonstrações contábeis do exercício findo em 31/DEZ/24.

Paulo Sergio da Silva
SÓCIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Administradores da
Companhia Docas do Pará (CDP)
Belém – PA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Docas do Pará (CDP) (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas do Pará (CDP) em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Clientes – Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa

Conforme nota 5, a Companhia possui um saldo de valores a receber no montante de R\$ 73.077.932,62, referente a ações movidas por Companhias que questionam a incidência ou o sujeito passivo de determinadas tarifas portuárias. Com base na opinião do departamento jurídico da Companhia, a Administração não registrou perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para o referido saldo.

Provisões para passivos contingentes

Conforme nota 27, embora a auditoria considere que os critérios e premissas adotados pela Administração fornecem uma base razoável para a determinação da provisão para passivos contingentes (R\$ 28.111.172,94) no contexto das demonstrações, é oportuno ressaltar que a Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo período e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a jurisprudência e legislação vigente. A Companhia registra provisão para essas causas quando é provável a ocorrência de saída de caixa para quitação de obrigação presente, e quando a mesma pode ser razoavelmente estimada. A Companhia divulga uma contingência quando a probabilidade de perda da causa é considerada possível, ou quando é considerada provável, mas não é possível estimar razoavelmente o valor de saída de caixa. A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram os pareceres dos assessores jurídicos e o julgamento da Administração.

Avaliação da mensuração da obrigação atuarial de benefício pós emprego de plano de pensão com benefício definido

Conforme nota 20, na determinação da mensuração das obrigações de benefícios pós-emprego a empregados (plano de pensão com benefício definido e outros), são utilizadas diversas premissas atuariais sensíveis e valor justo dos ativos do plano, o que, devido ao grau de julgamento inerente ao processo de determinação destas premissas, deve ser enfatizado que alterações nas premissas podem resultar em impactos relevantes nas obrigações relacionadas ao plano de benefício definido.

Reconhecimento de crédito tributário ativo de IRPJ e CSLL diferida

Conforme apresentado na nota 11, foi reconhecido crédito tributário de IRPJ e CSLL diferida decorrente de diferenças temporárias na base de cálculo dos tributos e sobre prejuízos fiscais (R\$ 34.604.625,14), face ao permissivo legal de reconhecimento contábil na medida em que haja expectativa de lucros tributáveis futuros para sua realização. A expectativa de realização do crédito tributário deve estar baseada em projeções de lucros tributários de curto e longo prazo e que requerem a aplicação de julgamento por parte da Administração da Companhia, incluindo a utilização de premissas cuja concretização depende da confirmação dos cenários utilizados. Logo, considerando a subjetividade inerente a esse processo, a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderá modificar significativamente os prazos e os valores previstos para realização do crédito tributário reconhecidos no Ativo da Companhia.

Outros Assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2025.

Paulo Sergio da Silva
Contador CRCPR Nº 029.121/O-0 S-PA

Marlos Nanoni Reinert
Contador CRCPR Nº 050.998/O-9 S-PA

CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/PR Nº 2906/O-5

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO COMITÊ DE AUDITORIA RELATÓRIO

RELATÓRIO

Belém, 06 de março de 2025.

Ao Conselho de Administração - CDP

1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário – COAUDI – é um órgão estatutário da Companhia Docas do Pará cujos membros independentes foram eleitos pelo Conselho de Administração – CONSAD – em atendimento à Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), ao Decreto nº 8945/2016 e ao Estatuto Social da CDP. De acordo com o art. 97 do Estatuto Social da CDP, o COAUDI é o órgão de suporte ao Conselho de Administração no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização sobre a qualidade das demonstrações financeiras e efetividade dos sistemas de controle interno, auditoria interna e independente. Deste modo, o COAUDI não possui poder decisório ou atribuições executivas. Suas funções e responsabilidades são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis e estatutárias.

2. COMPETÊNCIAS

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis da CDP, observadas as diretrizes de assegurar a qualidade dos processos relacionados às informações financeiras e às atividades de controle e de gestão de riscos.

Cabe à empresa de auditoria independente contratada, assegurar que as demonstrações contábeis, representem adequadamente a posição patrimonial e financeira da CDP, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e da legislação societária, bem como a revisão dos controles internos e dos principais riscos.

Conforme o art. 24, da Lei n. 13.303/16, o COAUDI deverá monitorar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras, de modo que as informações contábeis sejam sempre apreciadas pelo Comitê antes da aprovação de sua divulgação pelo Conselho de Administração.

No cumprimento dessa atribuição, o COAUDI não é responsável pelo planejamento ou condução de auditorias ou por qualquer afirmação de que as demonstrações financeiras da CDP sejam completas e exatas ou de que estejam apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), sendo esta responsabilidade diretamente relacionada aos Auditores Independentes. De modo semelhante, no exercício de suas atividades, os membros do Comitê não executam funções de auditores ou contadores.

As funções do COAUDI são desempenhadas, principalmente com base nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna e dos responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras.

3. ATIVIDADES REALIZADAS

Neste ínterim, o COAUDI analisou as informações contábeis referentes a data de 31.12.2024, aprovadas pela Diretoria Executiva – DIREXE, conforme consta na ata da 1522ª Reunião Ordinária da DIREXE, ocorrida em 25 de fevereiro de 2025. Dentre o compêndio disponibilizado pela área de contabilidade da CDP, constam os seguintes documentos:

- Balanco Patrimonial;
- Demonstração do Resultado – DRE;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL;
- Demonstração dos Valores Adicionados – DVA;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Balanco Social;
- Notas Explicativas.

Houve também a apreciação do Relatório de Auditoria Independente elaborado em 24 de fevereiro de

2025 pela empresa de auditoria independente Consult Auditores Independentes, emitido sem ressalva e com quatro ênfases, a saber: 1- Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa; 2- Provisões para Passivos Contingentes; 3- Avaliação da mensuração da obrigação atuarial de benefício pós emprego de plano de pensão com benefício definido; 4- Reconhecimento de crédito tributário ativo de IRPJ e CSSL diferida.

4. RECOMENDAÇÕES

Neste contexto, o COAUDI, considerando o compêndio de informações disponibilizadas e analisadas, elenca as seguintes recomendações à Diretoria da CDP: (i) o aprimoramento dos mecanismos de controle no processo de gestão de riscos em toda a Companhia, compreendendo as atividades de: identificação, avaliação, implementação dos planos de ação e monitoramento dos riscos; (ii) implantação das recomendações de controles internos do relatório dos auditores independentes; (iii) adesão plena da Companhia à LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados; (iv) atendimento às recomendações dos relatórios de auditoria, consultoria e diligência da Auditoria Interna; e (v) atendimento às recomendações da Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas da União.

5. CONCLUSÃO

Considerando as informações prestadas pela companhia e o relatório do Auditor Independente, emitido pela Consult Auditores Independentes em 24.02.2025, sem ressalva, com 04 ênfases e que todos os assuntos pertinentes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024, o COAUDI, no uso de suas atribuições legais e estatutárias recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras e notas explicativas da CDP relativas ao fechamento do exercício findo em 31.12.2024.

Belém - PA, 06 de março de 2025.

Valber Paulo Martins Gomes
Presidente COAUDI
(Assinado Eletronicamente)

Wadih Brazão e Silva
Membro COAUDI
(Assinado Eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por Valber Gomes, Presidente do Comitê de Auditoria, em 06/03/2025, às 18:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 9474687 e o código CRC E3B1D8FC.



Referência: Processo nº 50901.008416/2021-23

SEI nº 9474687

Avenida Presidente Vargas, 41 - Bairro Campina
Belém/PA, CEP 66010-000
Telefone: - www.cdp.com.br

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ DIRETORIA PRESIDÊNCIA CONSELHO FISCAL

PARECER Nº 3/2025/CONFIS-CDP/DIRPRE-CDP

PROCESSO Nº 50901.002292/2025-04

INTERESSADO: CONSELHO FISCAL

Belém, 06 de março de 2025.

ASSUNTO: Demonstrações Financeiras e Relatório Anual da Administração relativo ao exercício de 2024.

Opinião favorável à aprovação das Demonstrações Financeiras e Relatório Anual da Administração relativo ao exercício de 2024.

O CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP no uso das atribuições legais e estatutárias, em sua reunião extraordinária conjunta CONSAD/CONFIS, realizada no dia 07 de março de 2025, por videoconferência, tendo examinado o Relatório Anual da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da CDP relativos ao exercício de 2024, sem ressalvas e com ênfases, bem como Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia Docas do Pará - CDP; é de opinião que os referidos documentos refletem a situação financeira e patrimonial da CDP, estando assim em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Gera).

Gustavo de Oliveira e Silva
Presidente do CONFIS

Bruno Fernandes da Rocha Borba
Conselheiro Fiscal

Suzana Teixeira Braga
Conselheira Fiscal



Referência: Processo nº 50901.002292/2025-04

SEI nº 9469924

Avenida Presidente Vargas, 41 - Bairro Campina
Belém/PA, CEP 66010-000
Telefone: - www.cdp.com.br

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DELIBERAÇÃO CONSAD Nº 13/2025

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CONSAD DA COMPANHIA DOCAS DO

PARÁ - CDP, no uso da atribuição pelo Estatuto da Empresa, em sua reunião extraordinária conjunta, realizada presencialmente e por videoconferência, no dia 07 de março de 2025;

CONSIDERANDO o que consta no processo nº 50901.001989/2025-50;

CONSIDERANDO opinião favorável dos Auditores Independentes, sem ressalva e com ênfases;

CONSIDERANDO opinião favorável do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia Docas do Pará (CDP);

POR UNANIMIDADE

DELIBERA:

I - Manifestar-se favoravelmente à aprovação das Demonstrações Financeiras da Companhia Docas do Pará - CDP relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a serem submetidas à Assembleia Geral Ordinária da CDP.

(assinado eletronicamente)
Karêmina Martins Teixeira Dian
Presidente do CONSAD



Documento assinado eletronicamente por Karêmina Martins Teixeira Dian, Presidente do CONSAD, em 07/03/2025, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 9471072 e o código CRC DAEF2C79.



Referência: Processo nº 50901.000542/2025-63

SEI nº 9471072

Avenida Presidente Vargas, 41 - Bairro Campina
Belém/PA, CEP 66010-000
Telefone: - www.cdp.com.br

Este documento esta firmado por

| | | |
|--|---|---|
|  | Firmante | CN=DIARIOS DO PARA LTDA:04218335000131, OU=AC SyngularID Multipla, OU=41367161000103, OU=Videoconferencia, OU=Certificado Digital PJ A1, O=ICP-Brasil, C=BR |
| | Fecha/Hora | Fri Apr 04 06:49:31 BRT 2025 |
| | Emisor del Certificado | CN=AC SyngularID Multipla, O=ICP-Brasil, OU=AC SyngularID, C=BR |
| | Numero de Serie | 895062532464328387366409 |
| | Metodo | urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.shal (Adobe Signature) |
| Nota | Certificado por DIARIO DO PARA e publicado em sua plataforma digital. Autenticidade pode ser verificada no QrCode ao lado ou no link: https://ee.dol.com.br/publicidadelegal | |